



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0116/08	DATA: 06/03/2008
INÍCIO: 16h22min	TÉRMINO: 19h56min	DURAÇÃO: 03h33min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h33min	PÁGINAS: 82	QUARTOS: 43

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RIBAMAR ARAÚJO – Deputado Estadual pelo Estado de Rondônia e Presidente em exercício da Assembléia Legislativa de Rondônia.
ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS – Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários de Rondônia.
PEDRO ALEXANDRE DE ASSIS MOREIRA – Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Brasil.
GILVAM CORDEIRO FERRO – Secretário de Estado da Administração Penitenciária de Rondônia.
GUSTAVO DANDOLINE – Representante da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Porto Velho.
LISANDRA VANNESKA MONTEIRO NASCIMENTO SANTOS – Promotora da Vara de Execuções Penais.
WILDNEY JORGE DE LIMA – Diretor da Penitenciária Dr. José Mário Alves da Silva.
SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA – Juiz da Vara de Execuções Penais da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.
JOSÉ AUGUSTO LEITE NETO – Defensor Público da Vara de Execuções Penais da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.

SUMÁRIO: Esclarecimentos acerca do sistema carcerário no Estado de Rondônia.

OBSERVAÇÕES

Reunião de audiência pública realizada na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há palavras ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Ribamar Araújo) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta esta audiência pública.

Quero agradecer, neste momento, a presença aos Exmos. Srs. Deputados Ernandes Amorim, Jusmari Oliveira e Domingos Dutra, bem como ao Deputado Neucimar Fraga, Presidente da Comissão.

E agora eu passo a palavra ao Presidente, Deputado Neucimar Fraga.

Gostaria de mencionar e agradecer a presença do Juiz Sérgio Domingos Teixeira William, Juiz Titular da Vara de Execuções Penais da Comarca de Porto Velho; do Sr. Gilvam Cordeiro Ferro, Secretário da SEJUS; do Exmo. Sr. Renato Eduardo de Souza, Secretário-Adjunto de Justiça; da Sra. Wanda Arruda, Comissão de Direitos Humanos da OAB, Rondônia; Sr. Gabriel Tomasete, Presidente do Conselho Penitenciário Estadual; do Dr. José Oliveira de Andrade, Corregedor Geral da Defensoria Pública do Estado de Rondônia; do Dr. Antônio Francelino dos Santos, Defensor Geral do Estado; do Dr. José Augusto Leite Neto, Defensor Público do Estado; do Sr. Francisco Alencar da Silva, Gerente-Geral do Sistema Penitenciário do Estado de Rondônia; do Sr. Pedro Alexandre Assis Moreira, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, do Estado de Rondônia; e do Sr. Leandro Löw Lopes, Comissão de Direitos Humanos da OAB/RO.

Passo, neste momento, a direção dos trabalhos ao Deputado Federal Neucimar Fraga.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Câmara Federal, com a finalidade de investigar e diagnosticar o sistema carcerário brasileiro.

A CPI do Sistema Carcerário foi criada no dia 22 de agosto de 2007, após o requerimento de autoria do Deputado Domingos Dutra, do PT, que hoje é o Relator da CPI, aprovado pela Câmara Federal, e instalada no dia 22 de agosto com essa finalidade.

Estamos aqui acompanhados dos Deputados: Jusmari Oliveira, da Bahia; Neucimar Fraga, do Espírito Santo; Domingos Dutra, do PT do Maranhão, e Deputado Amorim, aqui de Rondônia.



Queríamos agradecer ao Deputado Ribamar Araújo, que é Deputado Estadual, Líder da bancada do PT aqui na Assembléia, e, em nome dele, agradecemos toda a Assembléia e o Presidente desta Casa, que nos abriu as portas para que pudéssemos realizar esta audiência pública, aqui na Assembléia Legislativa de Rondônia.

A CPI já visitou 13 Estados do Brasil. Esse é o 14º Estado a ser visitado pela CPI. Faremos ainda outras visitas, até o dia 13 de abril, a mais 8 Estados brasileiros, discutindo com os representantes de instituições e autoridades locais os problemas detectados pela CPI nas visitas às unidades prisionais. Fomos criados com esse objetivo, e é por isso que estamos aqui. Visitamos hoje 2 unidades prisionais do Estado de Rondônia e nesta tarde vamos tomar depoimento de alguns presos e vamos realizar também uma audiência pública, aqui, neste momento, para discutir com as autoridades locais alguns problemas que a CPI detectou nas visitas. Também ouviremos alguns informes e alguns relatórios e explicações feitas pelas autoridades responsáveis pela execução da pena, e também da Secretaria de Justiça do Estado, sobre as medidas que o Estado está adotando em relação ao sistema prisional do Estado de Rondônia.

Queremos convidar para estar conosco aqui na mesa o Dr. Gilvam Cordeiro Ferro, Secretário de Estado de Administração Penitenciária de Rondônia. *(Pausa.)*

Nós também queremos convidar o Dr. Sérgio Domingos Teixeira, que é Juiz da Vara de Execuções Penais. O Dr. Sérgio estava conosco... *(Pausa.)*

Queremos convidar também a Dra. Lisandra Vanneska, que é Promotora da Vara de Execuções Penais *(pausa)*.

Estão convidados para participar conosco também o Dr. José Bonifácio Galvão, que é diretor da Penitenciária Feminina; o Dr. Wildney Jorge Lima, que é diretor da Penitenciária Dr. José Mário Alves de Souza; o Dr. Hélio Vieira, que é Presidente da Seccional da OAB, mas representado aqui pela Dra. Wanda Arruda *(pausa)*; o Dr. José Augusto Leite, também, que é defensor público. Estão todos presentes.

Não está aqui na nossa relação, mas nós sempre convidamos, e gostaríamos de convidar também, o Presidente do Sindicato da Associação dos Agentes Penitenciários do Estado. Não sei se está presente o Presidente *(pausa)*.



Nós convidamos também o representante da Pastoral Carcerária. Até o momento ninguém se apresentou como representante da Pastoral Carcerária aqui de Rondônia, não sei se tem alguém representando a Pastoral Carcerária. Se houver alguém representando a Pastoral Carcerária, queríamos que se apresentasse à Comissão, porque nós vamos também dar oportunidade para fazer uso da palavra.

Vamos, então, neste momento, passar a palavra ao Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários. A CPI do Sistema Carcerário da Câmara Federal tem uma função muito importante: vamos fazer um diagnóstico de todo o sistema carcerário, estamos realizando debates na Câmara Federal com autoridades que discutem os sistema penitenciário no Brasil, representantes do DEPEN, do Ministério da Justiça, da OAB, dos Defensores Públicos Nacionais, do Ministério Público e de personalidades que tratam desse assunto há muito tempo acompanhando o sistema prisional. São especialistas na área. E o objetivo da CPI não é defender nem preso, nem Governo; queremos defender um sistema prisional que funcione no País. Portanto, nosso objetivo é ouvir todos aqueles que trabalham dia a dia no presídio. E os agentes penitenciários são importantes neste debate porque são as personalidades que estão no dia-a-dia em contato com o preso. Muitas vezes sofrem represálias, outras vezes sofrem acusações de maus-tratos, e em muitas situações passam o tempo, quase que 24 horas, sob um risco muito grande, porque muitos presídios não têm um projeto arquitetônico que permita aos agentes trabalhar de forma segura.

Então, nós queríamos ouvir neste momento o Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários aqui do Estado de Rondônia, que vai falar para esta Comissão sobre os problemas também enfrentados por essa categoria dentro do sistema prisional. E o nosso objetivo aqui é fazer esse diagnóstico, debater com as autoridades. O Deputado Domingos Dutra, Relator, durante uma parte da audiência vai ouvir alguns detentos que foram escolhidos aleatoriamente também e que vão prestar depoimento à CPI por meio da Relatoria, e vamos levar todas essas informações coletadas aqui para debatermos depois em outras situações e reuniões da CPI lá nosso plenário, na Câmara dos Deputados.

Com a palavra ao Deputado Domingos Dutra.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga, Deputada Jusmari Oliveira, Deputado Ernandes Amorim, Deputado Ribamar Araújo, em nome do qual quero saudar toda população do Estado de Rondônia.

Em função do nosso tempo, vou ser bem breve, mas eu queria dizer inicialmente que esta CPI não é a CPI de presos, é CPI dos Sistema Carcerário, que envolve os presos, que são prioritários como objeto da investigação, mas envolve todos os agentes públicos que, direta ou indiretamente, lidam com a questão carcerária. Por isso estamos preocupados com os agentes penitenciários, com os policiais, com os diretores, com os policiais militares e civis. Então. Eu queria esclarecer esse ponto.

Segundo, não é uma CPI em defesa de presos apenas. Esta CPI é em defesa da sociedade brasileira. Porque 400 mil pessoas que estão presas hoje, se elas continuarem sendo tratadas como animais, cada uma delas que sair dos estabelecimentos vai cometer novos crimes contra todos nós. A CPI é em defesa da sociedade brasileira.

Terceiro, é uma CPI que tende a resgatar a necessidade de respeito à lei. Temos uma Constituição no País, temos leis infraconstitucionais, temos tratados internacionais, e eles estão sendo violados através do sistema carcerário.

Quarto, nós não focalizamos responsabilizar nenhuma pessoa individualmente. Nós sabemos que isso é um processo histórico e são responsabilidades sucessivas, de várias instâncias de Estado, inclusive da sociedade. Aqui nós temos os Governos Estaduais, nós temos o Poder Judiciário, nós temos o Ministério Público, nós temos as Assembléias Legislativas, nós temos o Congresso Nacional, que tem responsabilidade também por leis mal-feitas, sem se preocupar com a repercussão no sistema.

Dito isso, Sr. Presidente, eu gostaria, diante do que nós vimos aqui hoje, que as autoridades que vieram contribuir com a CPI, os convidados, que não escondam nada, porque a pior coisa é tentar esconder, mascarar, fantasiar, porque isso não ajuda. Nós queremos fazer um diagnóstico e oferecer sugestões ao País.



Portanto, todas as informações, as que forem mais verdadeiramente possível, melhor para nós, para a gente poder ter um diagnóstico próximo da realidade, de tal forma que as sugestões também sejam sugestões a partir de uma realidade.

Portanto, é este o apelo que faço, para que ninguém aqui fique com receio, e queira se justificar, porque na verdade o sistema está falido, não é um problema de um Estado só. Cada Estado tem os seus problemas específicos, mas o sistema como um todo tem problema e nós queremos enfrentar os problemas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Deputado Domingos Dutra.

Vamos passar a palavra agora ao Sr. Antônio, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Rondônia, que tem o tempo de 5 minutos para fazer uma explanação, relatando para nós a situação dos agentes no Estado de Rondônia.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Sr. Presidente desta CPI, desta Comissão, aliás, de estudo, em nome de V.Exa. cumprimento os demais membros da Mesa. Boa tarde a todos. Muito me honra estar hoje aqui nesta Assembléia para discutir em relação ao sistema penitenciário do Estado de Rondônia. Todos nós sabemos... Acho que quem está aqui está diretamente envolvido com o problema do sistema penitenciário do Estado de Rondônia. Senhoras e senhores, hoje, como bem disse o nosso Relator, todo o sistema penitenciário do Brasil encontra-se com problemas. E em Rondônia não é diferente. Sabemos que existe superlotação nas unidades prisionais, há falta de agentes para trabalhar nessas unidades. E isso vem acarretando problemas nas unidades prisionais. Mas vou-me ater mais à questão dos agentes penitenciários. Há muito tempo essa classe vem sofrendo, seja com condições de trabalho, seja com condições salariais, e tudo isso vai-se juntando num bolo, que acaba acarretando também problema no próprio sistema penitenciário como um todo. E está de parabéns esta Comissão por discutir essa situação do sistema penitenciário. Acredito que isso já deveria ter acontecido há muito tempo, e ainda bem que está sendo discutido agora. Senhoras, Sr. Presidente, parabéns por essa iniciativa de discutir o sistema penitenciário do Estado de Rondônia. E eu tenho certeza de que



nós estamos na frente desse sindicato para somar forças, para procurar resolver os problemas da classe, para procurar resolver os problemas do sistema penitenciário e não ser um problema. O que estiver à nossa disposição para fazer acontecer, organizar o sistema penitenciário, a gente vai fazer. Então, eu não quero me prolongar devido ao tempo também, porque tem mais gente para falar, mas em nome de toda a classe do sistema penitenciário, de todos os agentes que ora se fazem presentes, que ora estão aqui sendo representados por esta pessoa que vos fala, eu agradeço profundamente a todos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria aproveitar que V.Sa. está na tribuna e fazer uma pergunta: quantos agentes penitenciário nós temos hoje no Estado de Rondônia?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Aproximadamente mil agentes efetivos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos contratados?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Emergencial, aproximadamente 600 agentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Seiscentos agentes. Qual o salário dos agentes de Rondônia?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Iniciando na primeira classe, 917 reais e 20 centavos, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E chega a ganhar quanto no final de carreira?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Hoje, aproximadamente, 2 mil e 500 reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tem algum agente respondendo processo hoje no Estado por irregularidade cometida no exercício da função dentro do sistema?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Inúmeros agentes hoje respondem a processo, até mesmo porque é uma área de segurança, onde qualquer problema sempre é instaurado para saber realmente o que aconteceu. Então, hoje existe bastante agente respondendo processo, seja administrativo, seja na área criminal em relação à função.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Algum agente já sofreu alguma agressão por parte dos presos aqui no Estado de Rondônia?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Por favor, repita a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Algum agente já sofreu alguma agressão por parte dos presos?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Sim, isso acontece constantemente, agressão, seja agressão verbal, seja agressão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Física.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - ...física. Acontece constantemente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Já teve alguém que foi morto? Algum agente foi morto aqui no Estado?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Eu acredito... Ultimamente até foi bem divulgado no Estado, tomou até repercussão nacional, em relação a um agente emergencial que foi assassinado por um preso dentro da unidade prisional José Mário Alves. Foi o último fato de grande repercussão dentro do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Foi assassinado?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Assassinado por um preso, porque, ao entrar no pavilhão para abrir a cela, o preso estava com a arma dentro da unidade prisional, sacou dessa arma e deu um tiro à queima roupa no agente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E essa arma, como que entrou no sistema?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Eu acredito... Eu não tenho um relatório em relação a essas investigações, Sr. Presidente. Gostaria até de ter para saber a verdade, mas acredito que em toda classe podem existir, vamos dizer, as ovelhas negras. Com a nossa classe não seria diferente também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Você já pediu cópia desse relatório?



O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Ainda não, Sr. Presidente, porque tomei posse exatamente há uma semana à frente desse sindicato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tinha algum agente envolvido nessa entrada da arma lá que facilitou a morte?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Agente efetivo, nós não temos problema dessa magnitude. Nunca tivemos. Mas nessa última contratação de emergencial tivemos alguns problemas com agentes em relação a... Igual a esse problemas que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E foi um desses agentes contratados que facilitou a entrada da arma?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Foi, agente emergencial contratado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.K. Nós agradecemos. Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que tipo de problema de saúde os agentes penitenciários sofrem em decorrência da atividade profissional?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Em consequência da função que exercemos, há um grande número de pessoas dependentes de álcool, alcoólatras, além de problemas psicológicos também, que afetam... Até mesmo porque quem não tem muito costume, ou que já sofreu algum assalto, sempre fica algum trauma, e quem é pego de refém fica um trauma psicológico muito grande, uma lacuna muito grande na vida. Então, tem problemas dessa magnitude, problemas psicológicos, problemas com alcoolismo, problemas de doença, que é contaminado dentro da própria unidade, devido ao ambiente insalubre a que às vezes o agente se expõe. Tem problemas nesse sentido, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor informou que tem mil agentes, apenas 400 concursados e 600 contratados, é isso?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - São aproximadamente... Efetivo, agentes concursado efetivos, aproximadamente mil. Agentes contratados emergenciais, aproximadamente uns 600. E existe também, o Estado criou a Força



Reserva Remunerada, a qual presta também serviços dentro das unidades prisionais, exercendo a função de agente penitenciário.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor poderia listar os prejuízos para esses agentes contratados que eles têm em função da precariedade da relação de trabalho?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Eu não sei, eu não pude acompanhar, em relação, por exemplo, ao amparo legal, como o último episódio que aconteceu no Urso Branco, com relação ao rapaz que morreu. Não sei se teve alguma indenização para a família, se o Estado arcou com alguma despesa em relação à própria manutenção de funeral, de assistência à família. Não sei até onde vai a lei para amparar um servidor que estava prestando serviço ao Estado, se está realmente amparado dentro do sistema legal brasileiro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor poderia explicar para a Comissão qual é o motivo da rivalidade entre os presos do Urso Branco com o Urso Panda?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Sr. Relator, eu lamento informar a todos aqui presentes que eu não obtenho a informação, então eu não vou me arriscar a responder algumas coisas que eu não...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - As 2 rebeliões anteriores, de 27 mortos, 14 mortos, a maioria era dos pandas?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Mais uma vez, Sr. Relator, eu não tenho essa informação por completo, então não me arrisco a responder.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nós ouvimos muitas reclamações abertas e mais pessoais de maus-tratos por parte dos presos do Urso Branco. O senhor tem notícia de torturas, de maus-tratos?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Eu gostei da pergunta, Sr. Relator. Tortura, agressão, os presos sempre vão questionar em relação a isso, e é um direito que eles têm de reclamar, até mesmo para procurar chamar atenção. Mas trabalhei sempre nas piores unidades consideradas, entre aspas, do Estado de Rondônia. Trabalhei em Nova Mamoré, onde era o RDD do sistema penitenciário do Estado de Rondônia, 2 anos. Lá nunca tivemos ocorrência nesse sentido. No Urso



Branco trabalhei recentemente e também não ocorre nada nesse sentido, Sr. Relator. Agora, todos os presos têm o direito de reclamar até mesmo para chamar atenção. E qualquer autoridade que entre hoje dentro da unidade prisional vai receber reclamação com relação a maus-tratos, mas isso não existe no sistema penitenciário do Estado de Rondônia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nós vimos muitas marcas de balas dentro de celas, no pavilhão, no pátio externo, e também havia marcas de pinturas recentes. Inclusive, o meu paletó e o do Deputado Ernandes Amorim, nós nos encostamos e ficaram totalmente marcados. O senhor acha que houve alguma passagem de cal, de tinta, de anteontem para cá, e aquelas marcas de balas é decorrente de quê?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Sr. Relator, eu não vou me arriscar responder a esta pergunta, porque eu estive há uns 20 dias na unidade prisional e eu não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Ernandes Amorim, com a palavra.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Sr. Presidente, nobres componentes da Mesa, senhores presentes, só me chamou a atenção aqui uma observação. Eu fiquei surpreso de o senhor ter sido presidente de uma entidade e a maioria das perguntas feitas ao senhor, o senhor não tem conhecimento, não sabe, não viu. E 90% dos presos dizendo que foram espancados, as paredes todas lá tapadas de bala, e o senhor não reconhece nada. Não sei se o senhor está fazendo o seu papel ou está com medo de falar a verdade.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA RAMOS - Sr. Deputado Amorim, ilustríssimo Deputado, talvez eu, desatento à situação, eu não pude informar aos presentes que eu tomei posse no sindicato apenas há uma semana. Então tem muitas informações, ainda, senhores, que não obtivemos ainda. Sem dúvida, Sr. Deputado, nós não teríamos nenhum receio de expô-las aqui para os presentes, se obtivéssemos essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Sr. Antônio.



Queremos convidar neste momento, para fazer uso da palavra, em nome da OAB do Estado de Rondônia, a Dra. Wanda Arruda. (*Pausa.*)

A Dra. Wanda subscreveu para que outro a representasse e falasse: o Sr. Pedro Alexandre de Assis, que é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Brasil.

Com a palavra V.Sa. pelo tempo de 5 minutos, para tecer seus comentários a respeito do sistema prisional do Estado.

O SR. PEDRO ALEXANDRE DE ASSIS MOREIRA - Sr. Presidente da Comissão Parlamentar, em nome de V.Exa. gostaria de cumprimentar os demais membros da Mesa. Dr. Sérgio William; Dra. Lisandra; demais autoridades; senhores e senhoras, na condição de membro e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, talvez sejamos a maior autoridade hoje para falar sobre o sistema prisional, porque nós somos verdadeiros perseguidores do real cumprimento da Lei de Execuções Penais, uma lei maravilhosa, lindíssima, mas para os países do Primeiro Mundo, porque aqui nós não temos como aplicar a Lei de Execuções Penais na acepção da palavra. O nosso trabalho hoje junto à SEJUS, e junto à Comissão de Justiça e Paz e à Corte Interamericana de Direitos Humanos tem sido incansável. Temos feito várias visitas, conquistas junto ao sistema prisional, mas ainda existe muito a se fazer. Eu costumo dizer, nas entrevistas que tenho dado, que a água é a coisa mais importante para a sobrevivência do ser humano. Para que V.Exas. tenham uma idéia, cada cela com 30 presos só recebe 20 minutos de água 3 vezes por dia. Tenho certeza de que cada um dos senhores deve gastar em média 15 minutos para tomar banho. Esses 30 presos, em 20 minutos, têm que tomar banho, lavar sua roupa, lavar sua cela e ainda recolher água para consumo. Isso é desumano, para não entrar em detalhes em outra coisa. Os senhores viram hoje aquela quantidade de presos tomando sol. O único solário que nós temos no sistema prisional é aquele. Conseguimos recentemente verbas para construção de mais 3 solários para que o preso possa tomar pelo menos 2 horas de sol por dia, porque hoje é 1 hora de sol por semana. Tenho certeza de que os senhores já passaram por outros Estados brasileiros mas não ouviram uma necessidade tamanha como estamos atravessando hoje no nosso sistema prisional. O Urso Branco é conhecido quase que mundialmente. O presidente do sindicato que aqui



acabou de falar não soube responder, mas eu vou tomar a liberdade de responder. O agente penitenciário que morreu ultimamente, que foi assassinado, estava sem colete à prova de bala. Nós conseguimos recentemente, a Comissão de Direitos humanos, pressionar para que todos os agentes penitenciários passassem a usar colete à prova de bala. Existiam, no dia, 23 agentes penitenciários e só 3 estavam usando coletes à prova de bala, e o que foi assassinado não estava usando. Eu fiz uma pergunta na última reunião da Corte Interamericana: se ele estivesse usando colete à prova de bala ele teria morrido? A resposta foi: "*Talvez não*". Então, as deficiências são muito grandes, são enormes. Não vou dizer a quem culpar, mas basicamente o Executivo tem a sua principal... A principal falha é do Executivo, porque nós estamos há vários anos solicitando recursos. Nós precisamos aumentar as vagas no sistema prisional, que hoje é totalmente deficiente. Nós temos hoje 7.800 mandados de prisão para serem cumpridos. Nós não temos aonde colocar esse povo, se for preso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Domingos Dutra tem alguma pergunta a fazer?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dr. Pedro, eu perguntaria para o senhor se existem processos disciplinares contra advogados que receberam honorários e abandonaram a causa de presos? Se tiver, eu queria saber do senhor se tem alguma punição. Queria saber também se a Comissão de Direitos Humanos tem dados sobre maus-tratos no sistema penitenciário. Que tipo? Se tem, o senhor poderia encaminhar para nós os documentos correspondentes? Queria saber também se o senhor tem informações sobre desvios de recursos no sistema, tanto em alimentação quanto em construções, ou em outros campos que o senhor possa nos apresentar. Além desses casos que o senhor listou, quais são os outros problemas que a OAB enxerga no sistema e que tipo de sugestão, inclusive legislativa, a OAB tem para oferecer à Comissão?

O SR. PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - Eu vou, se o senhor me permitir, começar da última para a primeira. A Comissão de Direitos Humanos recentemente fez um convênio com uma das universidades da cidade de Porto Velho para um curso de Direito, e nós conseguimos 80 acadêmicos do sétimo ao décimo período, que estarão iniciando, na segunda-feira, no auditório da Justiça



Federal, um curso rápido sobre a Lei de Execuções Penais, que será ministrado pelo Eminentíssimo Juiz da Vara de Execuções. E esses 80 acadêmicos vão trabalhar junto ao sistema prisional, em apoio à Defensoria Pública, fazendo um atendimento personalizado a todos os apenados, para acabar de vez com essa história de que terminou pena, que já cumpriu a pena, que já era para estar fora do sistema prisional. A Defensoria Pública, por mais que se esforce, também por problemas financeiros, ela não tem condições de manter o número suficiente de profissionais dentro do sistema prisional. Então, a Comissão de Direitos Humanos conseguiu esse convênio através da universidade e nós vamos colocar 80 alunos, a partir do dia 17, que vão estar em turnos de 15 acadêmicos pela manhã, 15 à tarde, durante toda a semana, e agora de forma definitiva, não vai ser em forma de mutirão. Eles vão estar sempre se renovando. E a gente espera com isso... A OAB estar contribuindo de alguma forma para minimizar o sofrimento não só das famílias dos apenados como deles também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É só na capital ou no interior?

O SR. PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - Em todo o sistema prisional. Nós temos faculdades não só em Porto Velho como temos também no interior.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É universidade privada e pública?

O SR. PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - A universidade... Nós, primeiro, estamos começando com as universidades privadas. Fizemos também um convênio com uma universidade particular para que... Nós conseguimos... Através dela, nós vamos treinar 60 presos do Panda para se tornarem protéticos. A Vara de Execuções Penais vai montar o laboratório de prótese dentro do Urso Panda e nós vamos treinar 60 apenados para que saiam de lá protéticos. E, ao mesmo tempo, através deles, conseguir colocar dentadura em mais da metade dos presos que existem hoje, que estão com esse problema. Conseguimos também, através dessa mesma faculdade, treinar 40 apenadas do presídio feminino para fazer instrumentação de consultórios dentários. Estamos tentando conseguir junto a outra faculdade professores de Educação Física para arrumarem atividades físicas dentro do sistema prisional, para ocupar de alguma forma o dia desses presos. Estamos tentando também com uma Faculdade de Psicologia para que coloquem profissionais, mesmo acadêmicos, dentro do sistema prisional para fazer



atendimento psicológico a esses presos. Estamos organizando uma biblioteca em todos os presídios, através de doações de livros que estão sendo feitas por profissionais advogados e em convênio com a Acuda, que é uma ONG que tem nos auxiliado bastante, e a Comissão de Reinserção Social também. Então, o trabalho da Comissão de Direitos Humanos tem sido árduo, mas a gente tem tido pouco resultado em função da escassez de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sr. Pedro, só para aproveitar. O senhor fala pela OAB e pela Comissão de Direitos Humanos. Nos últimos 3 anos o senhor tem conhecimento se algum advogado foi preso tentando entrar com drogas ou celular em algum presídio de Rondônia?

O SR. PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - Olha, não foi só um caso. Isso é um caos que está acontecendo praticamente no Brasil inteiro. A nossa classe está sendo muito prejudicada em função disso. Como o meu antecessor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E a OAB do Estado abriu algum processo disciplinar contra esses advogados?

O SR. PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - Em todos os casos, a OAB tem sido enérgica, tem sido severa, e as providências cabíveis têm sido tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.K.

O SR. PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - Até com atitudes de menor relevância, a OAB não tem se absterido de tomar as medidas que são cabíveis. O Estatuto dos Advogados é cumprido fielmente. Com relação à segunda pergunta que V.Exa. fez, sobre alimentação, na última reunião da Corte Interamericana, tivemos o cuidado de sopesar os marmitex que são colocados à disposição dos apenados. Para que V.Exa. tenha uma idéia, nós encontramos marmitex com 400g, marmitex com 580g e marmitex com 650g. O contrato que é feito com a empresa que fornece o marmitex deve estabelecer, como eu tenho certeza que estabelece, um quantitativo e um qualitativo para essa alimentação. E eu tenho certeza de que o senhor já deve ter escutado falar, quando mais jovem, que o preso sai gordo da prisão. Ele vai para lá, não tem nada que fazer, ele acaba saindo de lá obeso. Nós não temos problema de obesidade em nenhuma prisão do Estado de Rondônia, todos estão magérrimos, em função da má qualidade da alimentação.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Houve denúncia de vários presos sobre um produto chamado salitro, que ele é excessivo. Já me falaram que o salitro debilita os presos. Estaria sendo colocado em excesso para debilitá-los para eles não terem força etc. O senhor tem alguma informação sobre isso?

O SR. PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - Excelência, é sabido já de muito tempo que é utilizado, não para que diminua a força e sim para que haja uma inibição sexual, a utilização do salitro. Agora, com relação ao quantitativo utilizado, eu não posso precisar para V.Exa. porque eu nunca tive coragem de experimentar. Seria necessário pegar um marmitex desses e colocar em um laboratório apropriado para fazer esse tipo de análise. Nós estamos tentando, a Comissão de Direitos Humanos. Já há 2 anos estamos tentando reabilitar a cozinha que existe no Ênio Pinheiro, porque, através da reabilitação da cozinha e da reativação da cozinha e da panificação, além de melhorarmos a qualidade da alimentação dos presos, seria uma forma de conseguir também algum trabalho para eles.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor respondeu tudo? Então, o senhor não sabe quantos processos hoje existem na OAB, concluídos ou em andamento, envolvendo advogados ou por uma questão de honorários recebidos e reclamados por...

O SR. PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - Não, Excelência, é porque lá nós temos 35 Comissões. Cada Comissão cuida especificamente de uma área. Essa área a que o senhor se refere tem uma Comissão específica para ela.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas eu pergunto: quantas comarcas tem aqui no Estado de Rondônia?

O SR. PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - Hoje, nós temos 37 comarcas, parece.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos municípios?

O SR. PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - Municípios, eles estão em torno de 52.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor sabe se os juizes, promotores, visitam os presídios, os estabelecimentos constantemente?

O SR. PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - Olha, o Dr. Sérgio Willian — eu vou dizer pelo que me cabe —, em todas as reuniões do Conselho que se



realizam a cada mês nós nos encontramos no presídio. Em todas as oportunidades em que eu estive lá, eu tive a oportunidade de encontrá-lo. Já participei de vários mutirões feitos por ele. E eu tenho certeza de que só não está mais presente porque é 1 juiz de Vara de Execuções para 9.600 processos. É complicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Amorim quer fazer uma pergunta?

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Dr. João, representando a OAB, eu quero ainda relembrar e agradecer o trabalho que o Dr. Orestes Muniz fez à frente da OAB, o Dr. Hélio... Às vezes... Ainda hoje mesmo, ao chegar no Urso Branco, adentrar ali, me deixou estagnado só em chegar naquela entrada. Naquela entrada, há uns poucos anos, eu tive oportunidade de ser preso, levado àquele setor e, ao entrar ali, a primeira coisa que tinha naquela entrada eram uns 3 buracos cheios de presos, apodrecendo, doentes, nas condições da maior miserabilidade. Para surpresa minha, encontrei uma enfermaria no local em boas condições e, naquele momento, fazia a reclamação principalmente da questão dos órgãos do Governo, Legislativo, Executivo, Judiciário e Ministério Público. Quando, naquele momento, fiz, falando daquele momento, daquela época, até porque na minha pele doeu, eu fui preso para ser investigado, me colocaram lá no Urso Branco, o Secretário e um dos Diretores me colocaram lá na sala do Secretário porque eu teria, com curso superior, como ex-Prefeito, ex-Deputado, ex-Senador, merecia ter sido recolhido em um outro compartimento. Mesmo assim, o juiz corregedor queria porque queria forçar a me jogar lá dentro do buraco do Urso Branco. Imaginem os senhores que isso estava acontecendo com a minha pessoa. Para não ser jogado lá, a OAB interveio junto com os meus advogados e me transferiram para a sede lá, um cubículo lá na Polícia Federal. E lá eu fiquei 85 dias isolado porque não me deram o direito constitucional de estar preso onde devia. Imaginem o que aconteceu. Além do mais, requerendo o direito de estar no lugar que era merecido, um próprio oficial da PM disse que eu não poderia... a minha pessoa não poderia ser admitida ali porque eu era um criminoso de alta periculosidade. Imaginem um comportamento que um sistema carcerário oferece a uma pessoa, que mora aqui há 32 anos, um ex-empregado doméstico, Deputado 2 vezes, Prefeito 2 vezes, Senador da República uma vez, eleito pelo povo, receber um tratamento desse. Imaginem se não fosse a



OAB, se não fossem o Dr. Orestes e a sua equipe, meus advogados, eu estaria jogado lá dentro daquela podridão, que, na época, fedia, que, na época, as pessoas... seria uma calamidade imaginária. Hoje, quando nada, até parablenizo a criação dessa CPI porque, pelo tempo que criou e os avisos de que vem aqui, de que vem aqui, hoje já tem um outro visual, uma diretoria elogiada até por grande parte dos presos. Mas, mesmo assim, ainda temos muitas denúncias de espancamento, de falta de água, de uma comida péssima. Quero, Sr. Presidente, verbalmente, já fazer um requerimento a esta Comissão que solicite do órgão competente o requerimento, às 2 últimas empresas que ganharam a licitação para fornecer comida, quanto de comida, qual o custo e quais as empresas e para quantos presos. Pela qualidade da reclamação da alimentação servida aos presos. Porque a cada lugar a que eu chegava, a que nós chegávamos, os presos levantavam a camisa e diziam: recebemos aqui um litro de café para dividir para 13, 15 presos. Isso não é possível. Essa Comissão, evidentemente, vai fazer estudos, quem sabe, para dar como sugestão fazer uma cozinha para o próprio preso cozinhar; se necessário for, até com o próprio orçamento, o parco orçamento que nós temos como Deputado Federal, oferecerei parte dos recursos para ajudar a comprar essa cozinha para que essa comida seja feita pelos próprios presos, para não acontecer o que está acontecendo. Mas quero parabenizar a OAB aqui em Rondônia pelo trabalho, pela sensibilidade com que tem sido feito. Essas são as minhas explicações. E quando, naquele momento, me referi ao Ministério Público e ao Judiciário, porque têm os antigos e os atuais, na Constituição feita pelos próprios Deputados, artigos a cumprir que obrigam ou o Governador ou o Prefeito ou o Presidente da República ou o próprio Judiciário a tomar determinadas posições para não deixar apodrecer, fazer amontoados de presos, do jeito que nós vimos, inclusive a insegurança que está no momento, onde tem um galpão lá preso com 80 presos; se um outro quebrar um cadeado lá, vem, abre ali e matam 50, 30, 40 presos, morte — como é que se diz? — já avisada. Quer dizer, nós todos aqui estamos conscientes de que a qualquer minuto podem morrer 30, 40, até 80 presos lá porque não têm condições de aqueles presos continuarem ali. Aí, o que que falta agora? O nosso trabalho de legislador, o trabalho do Judiciário, do Ministério Público, o trabalho do Governador e do próprio Presidente da República, junto com o Ministério



da Justiça. Esse é o meu trabalho como Parlamentar. Não vim aqui para denegrir imagem de juiz, imagem de promotor, vim aqui, sim, em busca da verdade. E V.Sa. está aí falando e, pelo que eu pude ver, a pura verdade.

O SR. PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - Eu gostaria, Excelência, só de aproveitar o gancho da fala do senhor. Imagine que V.Exa., com todo esse gabarito que V.Exa. tinha quando foi preso, com toda essa popularidade que V.Exa. tinha quando foi preso, passou pelo que passou. Imagine quem não tem um décimo desse conhecimento e dessa popularidade que V.Exa. tinha. Com relação à cozinha...

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Só um minutinho, senhor. Imagine hoje o quanto de medicamento, o quanto causou à minha família, o quanto causou aos meus filhos, à minha saúde, o que eu sofro hoje por esse momento. Agora, imagine a situação daqueles presos que ali se encontram abandonados.

O SR. PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - Continuando, Excelência, a cozinha já existe. Existe uma cozinha praticamente pronta para funcionar no sistema prisional. Ela vai depender de muito pouca coisa, de muito pouco investimento para ser reativada. A panificação vai depender de muito pouco investimento para ser reativada. Com relação ao que o senhor disse, quando o senhor chegou, que antes o senhor ficou preso em um local que hoje está azulejado, tem cerâmica, está mais humanizado. Isso foi graças ao trabalho da Comissão de Justiça e Paz e da Comissão de Direitos Humanos, que conseguiu transformar aquilo ali em uma enfermaria. Mas nós estamos urgentemente necessitando de um hospital de custódia, porque o senhor imagine 1.200 presos sem assistência médica. Nós temos um médico que trabalha lá diariamente mas que vai no dia que ele quer. Então, o senhor vê que nós precisamos urgentemente de um hospital, mesmo que esse hospital possa atender à população vizinha, à comunidade ali daquela região, mas nós precisamos urgentemente de um hospital de custódia e precisamos de mais vagas urgentemente, porque a superlotação é enorme e o senhor sabe que nós vamos ter agora a construção de 2 usinas hidrelétricas. Estamos tendo aí o investimento de um *shopping* e de vários outros investimentos. Uma fábrica de cimento vai ser instalada dentro dos próximos meses também e isso vai aumentar a população carcerária, vai aumentar — e muito! — o problema. Com relação á



violência, com relação às torturas, eu quero lembrar a V.Exas. que em 2000 tivemos uma rebelião, que foi a maior registrada até hoje, em que foram mortos 96 apenados. Nós não temos um punido até hoje. Nós não temos sequer o inquérito relatado dizendo quem foi o culpado. Noventa e seis pessoas morrem dentro de um sistema prisional e não se sabe até hoje de um culpado da morte de nenhuma dessas 96 pessoas. Então, essa é a situação do sistema prisional.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, Dr. Alexandre, eu queria fazer-lhe mais 3 perguntas. Primeiro, ratificar se a OAB tem alguma notícia de maus-tratos no sistema como um todo, porque nós ouvimos isso hoje lá no Urso Branco. Segundo, se a OAB tem notícia da existência de mulheres presas em estabelecimentos junto com homens, se alguma presa veio a engravidar em decorrência dessa proximidade. E também eu estou bastante preocupado com o que vi, pelos lamentos, inclusive choro, dos presos do Panda, que estão pedindo socorro para sair dali porque eles se sentem ameaçados de morte. Queria saber se a OAB tem a mesma percepção que nós tivemos, se tem alguma medida e se o senhor vê, pelo trabalho que faz, se há alternativa de retirar aqueles presos dali diante da ameaça, segundo eles — pelo que o senhor relata, 96 presos já morreram em 2006. Portanto, o risco, se houver qualquer tipo de saída desses presos, ali vai ser um outro massacre. Então, queria fazer mais essas 3 indagações ao senhor.

O SR. PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - Excelência, essa suposta rivalidade que existe entre os presos do Urso Branco e do Panda se deve à recente reforma que foi feita no Panda. O Panda, hoje, é um presídio praticamente modelo. Ele está dotado de instalações modernas, ele foi reformado recentemente. Então, os presos que vão para lá se sentem privilegiados, exatamente porque o PANDA reúne condições mais humanas para a sobrevivência e para o preso cumprir a pena dele. Talvez resida nisso essa rivalidade, porque, pelo que nós sabemos, não existe nenhuma outra rivalidade entre os presos, não há nenhum risco de segurança em relação a essa suposta rivalidade existente entre eles, não. Com relação à tortura, com relação aos maus-tratos, essa tem sido uma briga constante da OAB e da Comissão de Justiça e Paz, porque, quando o Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários aqui esteve, ele não relatou para os senhores... Por exemplo, hoje temos 23 agentes penitenciários para cada turno. Então, o senhor imagine, 23



agentes penitenciários para cuidar de 1.100 presos. O agente penitenciário trabalha 24 horas sob pressão, sob estresse. Qualquer situação ele já está com o dedo no gatilho, ele não vai se segurar. Então, o revide é automático; o revide, a intranqüilidade entre os agentes penitenciários é uma constante, porque eles estão se sentindo ameaçados quase que 24 horas. É um número muito reduzido de agentes penitenciários para cuidar de uma população numerosa de apenados. Então, evidentemente, a violência ainda existe, nós conseguimos sensibilizar e diminuir bastante os casos de maus-tratos e tortura, mas infelizmente eles ainda existem. E nós da Comissão de Direitos Humanos entendemos que se houver um caso de tortura, um caso de maus-tratos, para nós é como se existisse em todo o sistema prisional. Porque a Comissão de Direitos Humanos tem a pecha, que a população colocou, de que vive para proteger apenado, para proteger bandido. E na realidade não é essa a função da Comissão de Direitos Humanos, nós brigamos para que o preso possa cumprir com dignidade a sua pena, cobramos dos agentes públicos que eles exerçam o seu mister atendendo a essa exigência da própria Lei de Execuções Penais. Então, eu não vou negar para o senhor, ainda existem maus-tratos, ainda existem casos de tortura; isolados, mas ainda existem, e nós estamos no enalço de descobri-los.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sobre as mulheres, mulheres presas.

O SR. PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - Sim, com relação às mulheres, não existe nenhuma mistura de presas femininos com presos masculinos, em absoluto. Temos um sistema prisional totalmente separado, as mulheres ficam no sistema prisional feminino e os homens no masculino, não há mistura. Essa informação não procede. E com relação a se saber se houve algum caso, conseqüentemente, não há por que alegar engravidamento de nenhuma apenada porque não há mistura entre ...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - No interior também não existe?

O SR. PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - No interior é muito mais difícil porque normalmente as apenadas vêm para cá, não há prisão feminina no interior. Então, elas vêm cumprir pena aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra a Deputada Jusmari Oliveira.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Dr. Pedro, nós consideramos por demais importante o trabalho da Comissão de Direitos Humanos junto ao sistema penitenciário. Ao que nós conhecemos hoje, é claro que em toda penitenciária que nós visitamos os discursos são idênticos. Mas o senhor citou aqui o clima de alteração dos próprios agentes que, por serem poucos, com dificuldade pelas condições de trabalho dos seus turnos, se tornam, claro, com evidência, mais...

O SR. PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - Agressivos.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Mais agressivos e mais susceptíveis a qualquer reação. O que nós sentimos, o que nós percebemos ali no Urso Branco é que a grita é geral, muito mais do que em qualquer outro estabelecimento que visitamos. Nas várias celas com que tivemos contato, a unanimidade dos detentos nos denunciaram maus-tratos, disseram que são espancados todos os dias e disseram, inclusive — eu gostaria de solicitar ao senhor que a partir de amanhã pudesse observar isso —, o seguinte: que “amanhã, com certeza, nós seremos todos espancados por ter falado a vocês sobre isso”. O senhor disse que ainda há algum caso de espancamento, de maus-tratos e de agressão. Gostaria de saber realmente.

Então, eles estão, na realidade, fazendo um movimento conosco para nos chamar a atenção. É esse o seu pensamento?

Outra pergunta que eu queria lhe fazer: o senhor, no seu acompanhamento junto à OAB, aos seus companheiros, qual o pensamento que o senhor têm sobre um apenado detido no Urso Branco? Qual é a probabilidade de um detento daqueles cumprir a sua pena ou usar do seu benefício e sair dali para a sociedade e poder ter a possibilidade... qual a possibilidade, qual a probabilidade de ele voltar a ser uma pessoa comum, um cidadão comum, com responsabilidade, e não voltar a ser um criminoso, provavelmente, com maior potencial pelo que viveu ali, pelo clima que ele viveu ali, pela forma que ele está ali?

Outra: o senhor afirmou que um trabalho da Comissão foi a recuperação daquele local, juntamente com as autoridades, que hoje é a enfermaria. Gostaria de lhe perguntar o seguinte: há possibilidade de melhorar aquela enfermaria, mesmo se



ela já foi muito melhorada? Porque o que nós vimos ali são casos, por exemplo, de tuberculosos junto com pacientes cirurgiados de hérnia que não têm um colchão para se deitar, há 8 dias cirurgiados e não tem onde se deitar, junto com um tuberculoso, junto com um paciente com hepatite que há 2, 3 meses está ali com hepatite, segundo ele, nunca recebeu medicamento porque a família ainda não mandou o medicamento. Tudo isso vimos ali.

Então, queria saber do senhor se há possibilidade de melhorar, qual o seu pensamento nesse trabalho que o senhor faz ali e se realmente é só grita a questão de espancamento.

Mais uma: vocês acompanham o dia de visita? Recebemos muitas reclamações de que as próprias visitas, as esposas dos detentos, as mães, as irmãs, são humilhadas também ao adentrarem no estabelecimento e que preferencialmente, no dia da visita, é o dia em que eles recebem dos agentes a doutrina para que... não em espancamento físico, mas com agressão de palavras, agressão moral na frente das suas visitas para que eles sejam humilhados e paguem, então, certamente, pelo crime que cometeram.

Sobre essas colocações eu gostaria que o senhor fizesse algumas observações.

O SR. PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - Vou começar também pela última, excelência, por estar mais fresca na memória. Com relação à visita, eu e a Dra. Wanda já fizemos o acompanhamento diversas vezes às visitas que acontecem nas sextas, sábados e domingos. A senhora perguntou com relação ao constrangimento que as mães, as irmãs, as namoradas ou esposas dos apenados se reportam com relação à revista — são as revistas íntimas?

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Não, sobre a revista, não. Sobre serem chamadas de vagabundas. “Entra aí, você é mulher de vagabundo, você é vagabunda também” e tal. Não, a revista, não.

O SR. PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - Vou relatar para a senhora a minha experiência. Existe lá, atualmente foi ... existia antes um lugar chamado tampão, que foi reconstruído, foi remodelado e hoje está destinado à visita íntima, os presos recebem visitas íntimas. Eu, particularmente, sou contra a visita íntima, porque não só o preso, como a esposa dele que vai lá para estar com ele, sofre



constrangimento. Quando termina a visita íntima, o agente penitenciário pergunta para ela: foi bom para você? Então, quer dizer, são constrangimentos que eu acho que não deveriam existir. O constrangimento existe não só para os familiares, como existem para todas as pessoas quando visitam os presos. Agora, a visita íntima é um tipo de... a revista é um tipo de constrangimento que não tem como ser evitado porque já se constatou que as esposas levam dentro das partes íntimas objetos, coisas que não deveriam estar dentro do sistema prisional. Então, infelizmente, é um constrangimento por que todas têm que passar, porque não há como evitar. A senhora fez uma outra pergunta com relação à violência, o que eu penso da violência, o que eu penso da recuperação dessas pessoas que estão ali dentro. Eu não sei os demais, mas nós da Comissão de Direitos Humanos lutamos para conseguir pelo menos reintegrar 10 presos. Se nós conseguíssemos reintegrar 10 apenados à sociedade, acho que já seria uma vitória, porque, pelo que os senhores viram ali dentro, o preso pode entrar ali por não ter pago uma pensão alimentícia, porque eles vão para lá também, o depositário infiel vai para lá, o pai que deixa de pagar uma pensão alimentícia vai para lá, para o Urso Branco. Então, a senhora imagina: a pessoa entra para lá por depositário infiel e sai de lá *expert* em todo tipo de crime que a senhora possa imaginar. Então, infelizmente, com o sistema que nós temos hoje, eu acredito que haja muito pouca possibilidade de reintegrar alguém à sociedade. Nós estamos tentando fazer esse trabalho, nós estamos tentando junto à Comissão de Reinserção Social e junto à ACUDA, que é um ONG que nos tem auxiliado bastante, minimizar isso e tentar colocar mais pessoas na sociedade. Esse trabalho junto às faculdades para tentar formar profissionais para que saiam de lá com uma profissão e possam ser reinseridos na sociedade de uma forma mais digna já é o começo, já é o início de alguma atitude que a gente está tomando, mas é preciso que toda a sociedade civil, é preciso que o Executivo também nos auxilie nisso, dando condição para que essa prisão possa ser cumprida de uma forma mais digna. Essa dignidade já ajuda a reinserir esse pessoal na sociedade, e essa dignidade não está existindo, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos a participação ao Sr. Pedro aqui conosco, falando pela OAB.



Nós vamos passar a palavra neste momento ao Sr. Gilvam Cordeiro, que é Secretário de Estado da Administração Penitenciária, para que possa também falar e responder a algumas perguntas desta Comissão. Antes de mais nada, queria agradecer ao Subsecretário, Dr. Renato, que esteve conosco nos acompanhando durante toda a manhã, a recepção que fez à Comissão e todo o apoio que estamos recebendo aqui do Governo do Estado e da Secretaria para que nós possamos realizar o nosso trabalho. Sem nenhum impedimento, sem nenhum empecilho, tivemos acesso a todas as unidades prisionais que nós tivemos desejo de visitar. Quero parabenizar a Secretaria, então, por esse trabalho.

Quero registrar a presença do Deputado Amauri dos Santos, Deputado Estadual que está aqui conosco. Muito obrigado por sua presença. Não sei se há mais uma cadeira aqui, senão quero convidar para sentar-se conosco aqui na frente também. Pedimos para providenciar mais uma cadeira.

O Dr. Gilvam tem a palavra para fazer um relatório sobre os trabalhos da Secretaria de Justiça e também ser indagado a respeito do trabalho por esta Comissão.

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Sr. Presidente, boa-tarde, é um prazer estar aqui participando desta audiência. Em seu nome quero cumprimentar as demais autoridades aqui à Mesa; em nome do Deputado Amauri, o nosso Deputado aqui do Estado de Rondônia, cumprimentar as autoridades aqui presentes. Alguns pontos foram focados aqui no tocante ao sistema prisional. Um deles é referente à água do Presídio Urso Branco. É bom lembrar que quando o presídio, Sr. Presidente, foi construído, ele foi para 360 presos, e as pessoas não pensaram que o volume e a quantidade de presos seriam tão grandes que iria faltar água. E lembrando ainda nesse tocante à água, no passado, ninguém reclamava dessa água, hoje tão falada aqui e também na Comissão dos Direitos Humanos, quando nós nos reunimos — o Dr. Sérgio William e a Dra. Lisandra também presentes. Essa água vinha de um córrego atrás do presídio, onde passavam todas as fezes acho que da cidade. A preocupação da secretaria era com que se fizesse um tratamento de água para que fosse fornecida água mais limpa e digna para o preso. Não teve condição, porque o projeto a ser montado tem que ser montado pela Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia, a CAERD, e a fundação do poço hoje existente no



presídio não suporta. Nós fizemos a fundação do poço para que viesse a suprir essa necessidade. Não foi possível suprir. Agora estamos na construção de novos poços para o abastecimento completo do sistema prisional, tanto o Urso Branco, como Ênio Pinheiro e como o Panda. Esse é um ponto referente a água. O Solário, quando se vê aquela questão de presos lá na quadra, é bom lembrar que a secretaria também se preocupou muito com a questão da quantidade de presos que estariam soltos naquela unidade prisional, para que os agentes e as pessoas que estivessem ali tivessem também a segurança para proporcionar o banho de sol. E junto ao Ministério da Justiça e o DEPEN, depois de muita luta, nós conseguimos agora ser aprovado o projeto dos solários, que já está pronto, foi encaminhado hoje já para a efetivação do contrato, para que os presos tenham 2 solários a mais para o banho de sol. Quando foi tocado no assunto aqui a respeito do agente penitenciário, que ele morreu por falta de segurança, quero dizer que é falta de cuidado no trabalho. Às vezes o policial morre em combate também porque ele pensa que em toda ocorrência ele vai atender a um bêbado. E nós sabemos que várias vezes policiais morreram no exercício da sua função porque, ao abordar uma senhora de idade, pensou que, por ela ser velha, não ia oferecer perigo iminente nenhum, e ela se virou com um revólver 38 e disparou no policial levando-o a óbito, que é um caso de Ji-Paraná, o policial Cordeiro. Quem passou em Ji-Paraná sabe disso. O agente penitenciário, desde o início do Governo, foi prioridade, prioridade na sua questão de segurança. Todos eles receberam, todos os diretores, todos os presídios receberam colete a prova de bala. Todos. Ele, no dia em que aconteceu o acidente, foi uma falta de cuidado. Ele saiu do posto, o colete estava na cadeira, e ele foi sem o colete. O material de segurança estava lá no presídio para o uso dele. Não é descaso do Governo; é descaso das pessoas que pensam que nunca pode acontecer comigo. E às vezes acontece. Quanto ao assunto alimentação, por várias vezes nós já temos trabalhado nisso, a secretaria já está contratando até uma nutricionista para ver se ameniza ou acaba de uma vez com essa polêmica da alimentação, para que seja estabelecido o cardápio e o peso adequado de cada marmitex para fornecimento ao preso. Se preso em outros Estados estão gordos, eu quero lembrar aos senhores presentes que a obesidade hoje é tratada como doença. Então, é um preso a menos doente no nosso Estado. Nós não podemos ter



preso gordo, porque nós temos um monte de doença já dentro do nosso sistema carcerário. O sistema prisional, ele já foi pego na maior mazela, Deputado. A quantidade de pessoas doentes, as pessoas que estavam dentro daquele presídio, e a maneira em que aquele presídio — Urso Branco, onde os senhores estiveram hoje — se encontrava, não tinha condição de nenhum animal, seja ele até o próprio urubu, estar lá dentro, porque lavra e podridão subiam pelas paredes. Me admira hoje tantas questões serem levantadas e no passado não ter nada. Não estou criticando, eu agradeço porque é em cima das críticas que eu sempre fazia os meus acertos, certo? Mas as pessoas não tinham acesso ao presídio. Vale ressaltar aqui um episódio que eu e o meu assessor, Jeremias, tivemos lá no presídio logo quando assumimos, em 2003. O preso ligou para a Secretaria pedindo que nós fôssemos lá no presídio buscar um preso que fazia 15 dias que estava lá. Veja bem, nunca ninguém soube, mas nós fomos lá, buscamos o preso. E isso já tinha acontecido antes, não tinha sido no Governo recente, passado. Mas nós fomos lá e pegamos. O preso estava dentro do saco. E eu quero dizer ao senhor, Sr. Presidente, que mosca, se alguém abrisse a boca na porta do presídio, naquele portão de entrada do presídio, era invadido por mosca, porque a insalubridade era total. Então, quero dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sr. Secretário, só queria aproveitar a oportunidade para fazer algumas perguntas também. Eu acho que ficaria mais fácil a gente fazer a interlocução diante da necessidade.

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos presos hoje nós temos no sistema prisional do Estado?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Hoje nós temos, aproximadamente, 5.700 presos em todo o sistema carcerário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Os presos que estão em delegacia ficam também sob responsabilidade da Secretaria de Justiça ou da Secretaria de Segurança?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Todos na Secretaria de Justiça.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Todos os presos, então? Tanto de delegacia quanto do sistema prisional ficam sob a responsabilidade da Secretaria de Justiça?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E são cerca de 5 mil e...

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Cinco mil e setecentos presos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos são provisórios e quantos são condenados desse número?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Quarenta por cento provisório e 60% condenado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos por cento estudam?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Uns 5%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Que estudam?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Estudam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos por cento trabalham?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Desses, 5% também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Que trabalham?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Trabalham.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o número de mortes no sistema prisional no ano passado?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - De morte no ano passado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É.

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - O do agente penitenciário, 4 no total.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - São 4 no Estado todo?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - No Estado todo. Onde há o maior índice de morte é na Capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, foram 3 presos e um agente?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - E um agente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantas fugas ocorreram no ano passado em todo o sistema prisional do Estado?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Assim, de cabeça, para lhe dizer de fugas no sistema todo... O presídio em que nós temos mais fuga hoje é o Ênio Pinheiro. Então, numa base de um ano todo, 3 fugas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor não tem certeza se foi esse número no Estado todo?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Não, não tenho esse número...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Se alguém da assessoria pudesse aproveitar a oportunidade e levantar enquanto responde, para nós seria importante.

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Tem, tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto custa hoje a alimentação dos presos para o Estado?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Sr. Presidente, anual, em todo o Estado, ela custa 23 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só a alimentação?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Só a alimentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dos 5.700 presos?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Dos 5.700 presos, café da manhã, almoço e janta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto o Estado está investindo, no orçamento de 2008, com recursos próprios, no sistema penitenciário?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Aproximadamente, hoje, com o que já tem, 8 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, neste ano de 2008, do orçamento próprio do Estado, o Estado vai investir 8 milhões?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Oito milhões em obras. Porque nós até fizemos uma reunião, o Dr. Sérgio William esteve...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Estou falando em investimentos: construção, reformas e ampliação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E com recursos próprios?



O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Com recursos próprios, 15 milhões. Em obras, 8 milhões. Em recursos próprios para todo o investimento no sistema prisional, 15 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - População carcerária feminina do Estado. Quantas são?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - A população carcerária é baixa, chega, no total, no máximo, a 300 mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Há quantas vagas para as mulheres hoje nos presídios em Rondônia?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Hoje nós temos, na Capital, o projeto do presídio que já está sendo licitado aqui, do presídio feminino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para quantas vagas?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Para 120 vagas. Mas temos também já um pavilhão sendo construído em Ji-Paraná para 60 mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Hoje nós visitamos o presídio feminino e percebemos que as instalações são insalubres, são inadequadas, são praticamente inabitáveis. Mofo, sujeira, ventilação muito ruim. Na verdade, um local impróprio para qualquer um habitar. E é justamente lá onde ficam as mulheres, que geralmente são pessoas que têm carência muito maior de assistência médica, constantemente usam o serviço médico. Então, nós queríamos solicitar ao Governo do Estado, através da Secretaria, que pudesse, mesmo sabendo do investimento na construção de um novo presídio, pudesse, de imediato, fazer melhoria no presídio das mulheres. A condição lá é praticamente desumana. Há cerca de 20 a 23 detentas por cela, e as condições são muito ruins, são muito impróprias. Acho até que as instalações do Urso Branco estão bem melhores do que as do presídio feminino que nós visitamos.

Então eu queria deixar essa sugestão e um apelo, em nome daquelas detentas que ali estão, para que o Governo possa, de imediato, fazer uma reforma, uma pintura, uma reforma urgente, porque não dá para esperar ali nem 6 meses até construir o novo presídio. É urgente a necessidade dessa melhoria. O senhor acha que é possível fazer isso?



O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Sr. Presidente, respondendo: quando a Secretaria assumiu, todas as delegacias, inclusive o presídio feminino, pertenciam à Secretaria de Segurança Pública. Quando nós assumimos o Governo, toda a estrutura que pertencia à Secretaria de Segurança Pública foi repassada para a Secretaria. Nós temos um projeto hoje... O Gerente do sistema, Dr. Alencar, desceu todo o interior fazendo um raio X completo do sistema prisional para que se possa fazer a reforma completa. Inclusive já está implantado, já tem o projeto na nossa Gerência de Sistemas, Projetos e Pesquisas da Secretaria para que seja feita uma reforma tanto na estrutura física, hidráulica e elétrica, como a criação e a geração de mais vagas, porque aquele local também será passado para a Coordenadoria da Infância e da Adolescência, logo após ser efetivada a construção do presídio feminino. Então essa reforma já está pronta a ser executada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Os dados cadastrais do sistema penitenciário de Rondônia estão hoje já integrados ao sistema do INFOPEN?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Cem por cento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Cem por cento no INFOPEN?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Cem por cento no INFOPEN.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos projetos o Governo de Rondônia tem no DEPEN para serem aprovados, pleiteando a construção de novas unidades no Estado?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Nós, em 2007, mandamos 3 projetos: um para o presídio feminino, com 500 vagas, e um presídio para Buritis, que é uma comarca aqui do... e um para Ariquemes. Nós fomos contemplados com 500 vagas, o presídio feminino, e com o presídio de Buritis, em si, não fomos. Mas o Estado, em si, já está construindo um presídio lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, tem um projeto aprovado?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Três projetos. Três projetos: os celões, que são os solários, foram aprovados pelo DEPEN; o 500 vagas, que vai ser construído em Ariquemes, e o presídio feminino.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.K. Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, antes de fazer minhas indagações, quero registrar que esta Comissão aqui está por requerimento do Deputado Valverde, do PT, que apresentou requerimento. Em função da agenda, não pôde estar aqui. E também justificar que a Senadora Fátima Cleide também não está aqui porque ela foi avisada apenas ontem e tinha uma agenda.

Também queria, antes de fazer minhas indagações, pedir ao senhor que orientasse o dirigente, o gestor da Penitenciária Urso Branco e todos os agentes penitenciários no sentido de que se abstivessem de qualquer tipo de ação de repressão aos presos ali. Nós obtivemos queixas nas celas, obtivemos declarações, no pátio do banho de sol, dos maus tratos. E todos eles nos disseram que, depois que a gente saísse, a peia ia comer.

Considerando que esta CPI é federal, nós gostaríamos que o senhor recomendasse a todos os agentes que se abstivessem de qualquer tipo de ação em função dessas declarações.

Quero perguntar ao senhor qual o custo de um preso aqui em Rondônia.

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Aproximadamente 1.050,00 reais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tanto na Capital como no interior?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - No geral.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é o percentual de reincidência?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Olha, a questão de reincidência é grande, porque se tornou uma cultura também do próprio apenado voltar ao sistema. Ele acha que aquilo ali cria, no meio em que ele vive, uma coisa taxativa, que ele se torna um herói do sistema carcerário. Então, ele, em si, quando ele sai, a intenção dele já é praticar um crime para que ele volte e volte com poder dentro do sistema.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então o senhor está dizendo com essa afirmação que os presos voltam porque é bom estar preso?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - É.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que o sistema oferece condições melhores do que fora?



O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Isso, porque ele tem alimentação boa. Vinte por cento dos presos acham melhor reincidir no crime para estar dentro do sistema carcerário.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor afirmou que apenas 5% trabalha e 5% estuda. Pergunto ao senhor: qual é a dificuldade de garantir ensino e trabalho aos presos?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Agora sim. O maior. Por quê? Porque isso não é uma questão só do Estado, isso é uma questão de cultura também e da sociedade, porque existem pessoas que não proporcionam o trabalho para o preso, porque ele passou pelo sistema carcerário. E há a questão do professor também, de as pessoas irem dar aula para o preso, entendeu? A dificuldade está aí, está em conseguir pessoas que auxiliem o sistema carcerário, porque todo o problema se joga e é gerado na mão do Estado. Mas essa é uma questão social. E, quando se fala social, trata da sociedade, de governo, tudo em si. As pessoas também têm de contribuir para que se recebam essas pessoas do sistema carcerário, devidamente feita uma triagem, e para que também possa ser dada uma oportunidade de reinserção delas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pergunto ao senhor. Nós estamos num Estado com uma extensão territorial enorme, e fui informado de que nós estamos no município com a maior área territorial do Brasil. Eu pressuponho que a maioria dos presos que ali estão têm uma tradição do campo. Então, eu pergunto ao senhor: por que, dos presos, ninguém trabalha em nenhuma atividade agrícola aqui?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Essa é uma pergunta que eu não sei lhe dizer também, entendeu? Eu sou de uma região agrícola, e Porto Velho tem uma área muito grande para ser utilizada na questão agrícola, mas não é uma cultura. A cultura daqui geralmente é a plantação de banana, a plantação da mandioca e a pesca. Aí, eu fico a lhe responder...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor afirmou que os presos cumprem a pena e praticam novos crimes para serem presos, porque o sistema é bom. O senhor afirmou que 95% não trabalham nem estudam. Portanto, a política de ressocialização não existe.



O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Existe, sim, senhor, por parte da Secretaria, Sr. Deputado. A Secretaria criou a Gerência de Reinserção Social, tanto é que algumas benfeitorias que foram feitas no Presídio Urso Branco... Quando foi citado aqui que a Comissão fez com que se cumprisse. Não. A reinserção social, através do Ministério Público, e o juiz da Vara de Execução Penal fizeram com que algumas coisas fossem efetivadas dentro do presídio. Uma delas foi a retirada daquele celão lá da frente, em que os presos ficavam. Foi um trabalho conjunto, e se resolveu fazer ali uma enfermaria. A questão do próprio tampão, que hoje é usado para encontro íntimo. E hoje o próprio Estado está absorvendo a mão-de-obra de 150 presos para trabalhar junto ao Departamento de Estradas de Rodagem do Governo. E nós temos vários outros convênios que estão em andamento, o preso já está devidamente conveniado, e outros que nós estamos procurando junto ao município para trabalhar, como a Secretaria de Obras. E nós temos preso que trabalhou em jardinagem, no caso da UNIRON, que conseguiu também terminar a sua faculdade de Direito lá. Então, o trabalho de reinserção social por parte do Estado e da Secretaria está sendo realizado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas o senhor afirmou que é apenas 5%. Eu estou entendendo que esse número que o senhor relata agora é por conta dos 5%. O restante...

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Mas, veja bem, se a gente for na conta, 5%, eu falei 100 presos. Há alguns que trabalham. Se a gente colocar 50, dá 1,5%. Se eu falei 5.700 presos, dava 570 no total. Então, alguns presos, no valor de 5%, já é alguma coisa. Foi citado aqui: se nós conseguirmos tirar 10 — e um já é lucro para o sistema e para a sociedade. Então, nós arrebanhamos esses 5%, porque, primeiro, quando nós pegamos do sistema carcerário, ele estava totalmente depredado e defasado. Nós tínhamos, primeiro, de cuidar do sistema. Não adianta eu querer trabalhar reinserção social, sem dar condição ao preso. Não adianta eu querer dar condição ao preso, sem dar condição de trabalho ao agente penitenciário. Então, nós temos de fazer um trabalho aí, primeiro, com quem atende. Vamos atender o agente penitenciário, dando condição de trabalho para ele, atender a condição do preso de cumprir a pena, porque, como o Sr. Deputado mesmo falou e viu, presenciou, era totalmente desumano o tratamento dado naquele celão,



embaixo da própria administração do presídio. E nós tivemos de fazer esse trabalho. Isso é demorado. E nós, aos poucos, estamos arrumando parceria e estamos mudando um pouco a cara do sistema carcerário.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sobre a questão do uso do salitre na comida em excesso. Os presos nos disseram que era para eles ficarem debilitados. Disse o representante da OAB — e nós vimos — que a maioria dos presos são todos da minha grossura, tudo fino, tudo magro. O senhor falou ainda há pouco que a obesidade é uma doença. O representante da OAB falou que o salitre é para inibir o apetite sexual. Eu pergunto ao senhor: o que o senhor tem a dizer sobre o uso desse produto na alimentação aqui?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Excelência, em todos os municípios que eu visito, eu faço questão de verificar a alimentação *in loco*, porque não só é uma coisa que se vem questionando há muito tempo no Estado, como é questionável também por muitas pessoas. Então, muita gente fala que a alimentação não está boa, que está podre, que está não sei o quê, que tem mosca, que tem unha. Eu estou presente, tenho provado, tenho mandado trazer a alimentação. Algumas vezes, mandei ofício até para a própria firma que serve a alimentação, pedindo que eles mudassem, variassem o cardápio e até que não mandassem carne ou alguma coisa que pudesse trazer alguma infecção intestinal para não prejudicar também a questão de saúde dentro do presídio. Eu creio que salitre não tem, porque o meu apetite sexual continua o mesmo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor desconhece a utilização desse produto?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Desconheço.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor poderia informar para nós qual é o custo da alimentação diária? O senhor falou em valores globais, 23 milhões/ano. Qual é o custo unitário por preso?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Cinco e vinte e nove.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pelas 3 refeições?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Não. O almoço e a janta, e R\$1, 59, se eu não me engano, o café da manhã.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria que o senhor, depois, repassasse à Comissão os contratos com as empresas.

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Positivo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Existem mulheres presas em estabelecimentos em que também existem homens, no Estado?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Existe algum caso de mulheres que engravidaram por conta dessa...

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Não, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O que o senhor tem a dizer sobre essa questão dos presos que estão lá no Panda, junto com o Urso Branco. Qual é a expectativa do senhor? Há algum receio de que os presos saiam do Urso Branco e venham a agredir os que estão lá? Há algum outro espaço para o qual é possível transferir aqueles presos?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Não. A questão de sair não vai sair. A questão, se o senhor me permitir, eu quero voltar atrás um pouco e dizer que nessa questão de preso falar que vai ser espancado, o que acontece? Nós resolvemos fazer algumas mudanças dentro do sistema. E quero aqui dizer que, até por erro da própria Secretaria, foram feitas mudanças erradas. Nós trocamos a direção do Presídio Urso Branco. Foi o caso em que ocorreu a morte do agente penitenciário. Alguns presos não gostam da direção atual hoje, por quê? Porque a revista é rigorosa. E aqueles que querem praticar certos atos de comandar presídio, de dar ordem, eles querem de todas as formas que essa direção que manda e dita a regra e a maneira como tem de ser regido o presídio seja tirada. Para quê? Para que novas armas, novos favorecimentos cheguem ao presídio, e eles obtenham isso aí.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor considera, portanto, que as reclamações dos presos são improcedentes?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - São improcedentes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor sabe quantas mortes ocorreram no sistema de 2006 até 2008?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - De 2006 até 2007, temos 96 no total. Foram 97 presos.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Noventa e sete presos, de 2006 a 2007?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - É. De dois mil e...?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - De 2006 a 2007.

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Não. Eu estou contando de 2002 a 2008. Então, são 10 mortes, 10 mortes no total.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dez mortes em 1997?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - De 2006 a 2007.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em 2007, foram quantas mortes?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Três no total.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós percebemos que está havendo uma redução da violência.

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Com certeza, com certeza. Nós temos trabalhado para isso. É por isso que há a grande aclamação de parte de alguns presos para que sejamos tirados. Quanto a uma parte aqui, se o senhor me permitir, Sr. Presidente, foi tocado quanto ao constrangimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Fale mais próximo do microfone.

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Quanto ao constrangimento às mulheres de presos, a Secretaria também se preocupou muito com esse fato, porque chegava lá a mulher para ser revistada, para poder adentrar o presídio. E, geralmente — nós sabemos —, é nas partes íntimas que ela leva a droga ou o celular. A Secretaria comprou alguns bancos em que eles fazem a revista. Hoje a mulher entra com sua roupa normal, ela é revistada normal, mas ela entra e senta naquele banco. Se ela contiver qualquer coisa no seu corpo, ele dá o sinal, já para evitar. A questão de quando ela sair do encontro íntimo, e o agente penitenciário ficar lá *“E aí foi bom para você?”*, nós também nos preocupamos com isso e colocamos a parte de assistência social e de psicólogos, junto com a reinserção social, para que ficassem observando e tratando com os agentes penitenciários, porque se tratava de familiares e, da mesma forma que ele não gostaria que a



família dele fosse tratada, ele não tratasse a família do apenado. Isso tem mudado bastante também a característica do sistema prisional.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria só, para encerrar a minha parte, porque o representante da OAB falou em 96 mortos em 2006, perguntar: em 2006 ocorreram quantas mortes? Em 2006?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele está corrigindo lá, Relator, de 2002 a 2006.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - De 2002, isso mesmo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - De 2002 a 2008, foram 96.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ah! Em 2002 morreram 96?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Não. Se o senhor me permite, em 2002, não morreram 96. Foram 27 que morreram em 2002, na primeira rebelião que houve...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só para corrigir aqui e não deixar dúvida: de 2002 a 2006 morreram 96 presos. Em 2007, morreram 3 presos e um agente. Em 2008, até agora, não houve nenhuma morte.

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor sabe informar quantos celulares foram apreendidos nos últimos 12 meses?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Olha, nas primeiras revistas, antes nós chegávamos a prender até 70 celulares. Nas últimas que nós conseguimos fazer dentro do próprio presídio, 5 celulares. O máximo que foi encontrado em meados de setembro a dezembro de 2007 foram 8 celulares.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vou passar a palavra para a Deputada Jusmari, antes, porém, quero registrar a presença do Vereador Juarez Taques aqui conosco e também a presença do Gustavo Dandoline, da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese aqui de Porto Velho.

Deputada Jusmari.



A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Secretário, o senhor acha que, quando houver a construção desse outro presídio de 500 vagas, o senhor vai poder fazer um projeto e prover o Urso Branco de equipamentos e de espaços para a educação e capacitação dos remanescentes ali naquele prédio?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Excelência, a preocupação no Estado não é a criação dessas 500 vagas, nós já estivemos em reunião — o Dr. Sérgio William, a Dra. Lisandra, junto com Sr. Genaro, e até o Dr. Renato esteve lá. Foram destinados 6 milhões por parte do Estado para a criação de mais vagas, para que a gente já possa fazer em pólos diferentes, tipo, em Vilhena, serem criadas vagas; em Nova Mamoré, serem criadas vagas, e até em Machadinho d'Oeste, para que a gente possa também trabalhar nisso. E quanto à questão... Se a gente esperar muito para a construção, o número de presos vai aumentando gradativamente. Quando nós assumimos em 2003, eram 2.700 presos no Estado. Hoje, nós temos 5.700. Então, veja que o aumento é bem razoável. Então, nós temos de trabalhar...

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - E esse aumento é fruto de uma política agressiva do Governo no combate à violência, ou é o aumento da violência mesmo, sem essa política?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - O combate do Estado em si tem aumentado muito o número de presos. Nós... O Dr. Renato, junto com a Secretaria de Segurança Pública, eles fizeram um levantamento de estatística de mandados de prisão que há a serem cumpridos no Estado. Se hoje fosse cumprir todos os mandados de prisão, o Estado não teria local para colocar os presos.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Mas, aí, voltando, o senhor acha que com a construção dessas vagas que o senhor pleiteia junto ao DEPEN, o senhor pode dotar aquele estabelecimento de uma possível capacitação e educação dos presos que estão ali?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Nós já estamos trabalhando nesse sentido de fazer uma triagem dos presos do Urso Branco para já implantar o serviço lá dentro do próprio presídio.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Toda mulher presa no interior do Estado, em qualquer lugar do Estado, ela terá obrigatoriamente de cumprir a sua pena na Capital? Não há nenhuma possibilidade de o Estado ter uma estrutura para



que a mulher possa cumprir a sua pena no interior, próxima de sua família, dos seus filhos?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Hoje, com esse raio X que foi feito pelo Dr. Alencar, todos os juizes das comarcas em que ele passou pediram que fosse criada uma cela só para as mulheres, e é isso o que está sendo feito. Como elas estavam vindo todas mesmo do interior para a Capital, nós resolvemos agora, de imediato, adotar o seguinte: antes, para elas não virem para a Capital, vão ficar no meio do Estado, que é Ji-Paraná. Então, esse é o motivo por que o Estado já está criando lá em Ji-Paraná um local específico para as mulheres.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Nas cadeias públicas, existe espaço para elas, quando elas são presas temporariamente?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Só para elas.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Elas não precisam ser misturadas com homens?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Não, não ficam.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - O Estado tem algum programa de acompanhamento e condução dos presos pós-pena, os presos que conquistam a sua liberdade? O Estado tem algum programa em que possam estar acompanhando esse preso, conduzindo-o para o mercado de trabalho, observando para onde ele vai depois que sai da prisão, ou ele simplesmente é colocado porta fora e se vire como puder?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Não. Hoje, eles ainda estão dessa forma. Nós estivemos falando com o Dr. Marcelo Tramontina, em Guajará-Mirim, para que fizéssemos a casa do egresso lá, para que ele pudesse, ao sair do sistema prisional, poder levar um tempo, reestruturar-se, e o Estado o manter e indicar um serviço para que ele pudesse se manter até se adaptar e não ter a volta dele para o sistema carcerário.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Eu queria ainda fazer uma solicitação, Sr. Presidente, para o Secretário e agradecer até pelo atendimento do seu adjunto que nos acompanhou e toda a sua equipe, agradecer a hospitalidade e a atenção, mas eu gostaria de deixar uma solicitação com relação à enfermaria ainda.



O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Pois não.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - O senhor ouviu, eu coloquei aqui quando o Dr. Pedro falou, nós temos ali doentes, de doenças contagiosas inclusive, juntos com cirurgiados e tal, melhorou, eu sei, em relação ao passado. E o objetivo é este: sempre estar melhorando, mas se pudesse haver uma separação ali, pelo menos mais 2 e tal, um cuidado maior, seria muito melhor. Realmente, nós saímos dali com o coração partido por ver o que nós vimos. De repente, camas melhoradas, colchão melhorado, pelo menos para os cirurgiados, porque não se trata de defender bandidos, não, trata-se de tentar reconquistar um ser humano para a sociedade. E todo o sofrimento que é vivido ali, com certeza, ele vai vir em revolta, quando esses presos voltarem para a sociedade, porque um dia eles terão de voltar. Então, fica essa solicitação desta Deputada para V.Exa.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Deputado Amorim também quer fazer algumas perguntas.

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Pois não.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Secretário Gilvam, só 2 lembretes aqui. A questão da prisão no Setor Ariquemes, lembro que há 5 ou mais anos eu era Prefeito da cidade de Ariquemes e doei uma área de vinte e tantos alqueires para construir aquela penitenciária, e até hoje nenhum centavo foi investido lá. Se possível, peço para depois a sua assessoria entrar em contato com o nosso gabinete, para ver o que de recurso federal é devido a essa obra e tentar fazer alguns esforços com os nossos colegas Deputados para ser atendido.

E volto a lembrar que, quando eu era Deputado Estadual aqui, foi construído o Urso Branco, e houve uma empreitada malfeita pelo Governador da época e que desviaram os recursos do investimento e fizeram mal acabada aquela obra — e até se vê a falta de água, talvez de cano, talvez de tijolos mal assentados e tudo errado. Entrei com uma denúncia no Tribunal de Contas da União e vou agora, aproveitando essa oportunidade, levantar os resultados dessa ação, para ver se chegou a algum denominador que venha a ajudar a construir outra ou a melhorar aquela situação.

No mais, é dizer que a sua equipe está trabalhando. Realmente, melhorou muito de um tempo para cá, parabenizar esse trabalho em equipe que está sendo



feito em prol da melhoria dos presos. E espero que, pelo acompanhamento que nós vamos estar fazendo, junto com toda esta Comissão, eu como Deputado Federal, na obrigação que tenho, tenhamos resultados bons aí pela frente nesse setor.

Muito obrigado.

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Sr. Presidente, se o senhor me permitir, eu quero agradecer a vinda dos senhores aqui e também dizer à população que o presídio está aberto, para ser verificado *in loco*. O diretor que proibia a entrada de qualquer cidadão dentro do presídio não é mais diretor, porque o cidadão tem de ter acesso livre, desde que sejam seguidas todas as regras de segurança do presídio. E pedir para que seja vista a questão do nosso hospital de custodiados, para que realmente possamos dar um tratamento de saúde digno a cada apenado do Estado de Rondônia. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quero aproveitar a presença de V.Sa. na tribuna e fazer o registro, em nome da CPI, lá no Presídio Urso Branco, da separação dos presos feitos pelo diretor, por delitos, pela sua participação no crime; que é a primeira visita que a CPI faz a um presídio no Brasil e vê ali os presos primários separados dos presos que já tem uma atividade no crime, de presos reincidentes e de presos perigosos. Inclusive, temos lá, acho até, uma cela para presos não fumantes, que eu vi lá, no pavilhão.

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Duas celas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Duas celas para presos não fumantes. Não é coisa comum de ver pelo Brasil. Nós temos viajado, e essa preocupação, muitas vezes, nem dentro de um departamento público como este se encontra, ou em outra entidade. Então, quero parabenizá-lo.

E também há uma cela lá, para os presos condenados pela Lei Maria da Penha, só presos que agrediram suas esposas ou companheiras, também.

Então, quero parabenizar, porque é a primeira vez que nós vimos isso num presídio brasileiro, mesmo com a superlotação, porque, conseguir separar os presos por essas categorias num presídio com capacidade para 460 e que tem 3.080, só é possível com o esforço da direção, porque, senão, o diretor teria todos os argumentos para dizer: "*Ó, não tenho como separar, está superlotado, e eu não posso fazer nada*".



Então, quero parabenizar o diretor por essa dedicação e esse esforço, porque, se não fosse isso, ele não conseguiria fazer, porque ele teria desculpas suficientes para dar, para deixar aqueles presos todos embolados, cada um com o seu problema, e cada um vivendo o seu pesadelo dentro do sistema prisional.

Então, ficam aqui os nossos parabéns para a direção do presídio. Porque nós percebemos que não é o presídio dos sonhos, mas também não é o pesadelo que já foi há alguns anos. Eu até fiquei surpreso, porque imaginava encontrar uma situação muito pior da que eu encontrei lá no Presídio Urso Branco.

Então, fica aqui o testemunho de quem não o conheceu antes, só ouviu, mas que hoje percebe, pelos números apresentados, e pelo que vi *in loco*... Inclusive, vimos lá uma parte da população carcerária pedindo a saída do diretor, e a outra pedindo pelo amor de Deus — porque, se ele, o diretor, sair, eles vão morrer — para ele ficar.

Então, nós da CPI não acreditamos em tudo o que ouvimos, nem descartamos tudo o que nos é falado. Nós usamos o bom senso, porque sabemos como é o clima dentro de um sistema carcerário. Mas fica aqui o meu depoimento, inclusive da comida que vi servida lá, hoje. Eu até perguntei ao diretor: “Está assim hoje por causa da visita, ou é assim mesmo?”, porque hoje, pelo menos o que eu vi, é um cardápio bom, se não tiver sido feito apenas para a visita da CPI, não vejo por que há reclamação. Inclusive, no presídio feminino também, vi a comida numa marmita onde há separação dos alimentos: arroz, feijão, verdura e carne num vasilhame já com as divisórias, o que também não é comum.

Mas fica aqui o testemunho deste Deputado com relação ao que eu vi, com os meus olhos, lá dentro do Presídio Urso Branco.

Assim que o Estado resolver o problema da superlotação, eu acredito que ele vai ter a oportunidade de dar o passo seguinte para aplicar as políticas de qualificação e educativas para os presos daquela unidade prisional.

Muito obrigado. Eu agradeço a sua participação.

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Sr. Presidente, eu quero dividir esse elogio com todos os servidores da Secretaria, com o Ministério Público, com o juiz da Vara de Execuções Penais e com as Comissões, que têm contribuído para que esse fato seja realizado. Pela prudência que nós temos, hoje, Porto Velho, pode-se



dizer, é um dos municípios privilegiados, pelo juiz e pelo Ministério Público que tem, porque luta pelo tratamento humano e pela qualidade de pena cumprida por cada apenado do sistema prisional da Capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quero aproveitar também, já que se tocou no assunto, para parabenizar. Porque o presídio feminino daqui foi o primeiro presídio que a CPI visitou — e acho que a Deputada Jusmari já visitou conosco outras cadeias —, onde eu perguntei a todas as presas quem tinha pena cumprida e não houve ninguém... perguntei quem já passou da pena, e não houve ninguém que reclamasse...

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, eu queria parabenizar a direção também.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - ... só uma observação sobre o presídio feminino: é melhor trocar o Diretor de lá, o Dr. Zezinho, porque é temeroso ele lá no presídio, viu? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - V.Exa. está falando isso, porque todas as presas lá são apaixonadas pelo Zezinho. (*Risos.*)

Mas eu agradeço.

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu concedo a palavra agora ao representante da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Porto Velho, o Sr. Gustavo, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. GUSTAVO DANDOLINE - Boa-tarde, Sr. Presidente da CPI do Sistema Carcerário, em nome do senhor cumprimento os demais membros da Mesa e demais presentes aqui. Eu gostaria de, de repente, seguir um pouco aquela dinâmica que foi feita agora, de responder as perguntas. Dessa forma, eu poderia ser mais objetivo e talvez não ficar aqui tomando o tempo dos senhores com informações que não tenham relevância para a Comissão. Acho que a gente conseguiria interagir melhor dessa forma, se os senhores não se importarem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sr. Gustavo?

O SR. GUSTAVO DANDOLINE - Pois não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Pastoral Carcerária tem enfrentado resistência para realizar o trabalho que ela faz no Brasil aqui nos presídios de Rondônia?

O SR. GUSTAVO DANDOLINE - Olha, é a Comissão Justiça e Paz, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É.

O SR. GUSTAVO DANDOLINE - É, o que faz as vezes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Da Pastoral Carcerária.

O SR. GUSTAVO DANDOLINE - ... da Pastoral Carcerária. Em regra, não. A gente tem tido acesso aos presídios aqui da Capital, nunca tivemos problema em ter a nossa entrada franqueada, em obter informações, mas existem situações pontuais em que, às vezes, a gente encontra dificuldade. No dia 26 de fevereiro mesmo, eu estive no Urso Branco, recebi uma denúncia de tortura e fui tentar falar com 4 presos, e não consegui. Tive de recorrer ao Ministério Público que, de forma diligente, encaminhou um ofício requisitando que esses presos fossem encaminhados para exame de corpo de delito, aí a gente conseguiu falar com eles. Então, são situações esporádicas, como essas do dia 26 de fevereiro, mas, em regra, a gente tem tido acesso, tem tido a colaboração, sim, da administração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dos presídios visitados pelos membros da Arquidiocese, da Comissão, qual o presídio em que os senhores mais ouvem denúncia sobre maus-tratos ou torturas e em qual deles já houve casos comprovados através de laudos do Departamento Médico Legal das torturas denunciadas?

O SR. GUSTAVO DANDOLINE - Olha, o Urso Branco, sem dúvida, é o local de onde a gente recebe maior número de denúncias de tortura e maus-tratos. Seria até oportuno se V.Exa. pudesse entrar em contato com o Delegado, o Dr. Dayan...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Delegado...?

O SR. GUSTAVO DANDOLINE - Delegado da Delegacia Especializada em Crimes do Sistema Penitenciário. Ele tem instaurados lá mais de 30 inquéritos apurando práticas de tortura e maus-tratos. Só que na apuração do crime de tortura e de maus-tratos é muito difícil a produção da prova. Às vezes, a gente consegue chegar até os presos e encaminhá-los para exame de corpo de delito, ou o Ministério Público também a pedido do Judiciário, mas é o ...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Gustavo, só para tirar uma dúvida: aqui tem uma delegacia especializada só para ...

O SR. GUSTAVO DANDOLINE - Em crimes do sistema penitenciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... assuntos penitenciários?

O SR. GUSTAVO DANDOLINE - Tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É porque ...

O SR. GUSTAVO DANDOLINE - É. Então, a produção da prova nos crimes de tortura e maus-tratos é difícil de ser feita. São crimes normalmente praticados sem presença de testemunhas, crimes praticados na clandestinidade, e a gente não tem tido muito êxito em conseguir comprovar, mas alguns casos estão aí, eu acho que até na iminência de o Ministério Público entrar com as ações penais. O trabalho do Delegado, Dr. Dayan, tem de ser elogiado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Dayan?

O SR. GUSTAVO DANDOLINE - Dayan Saraiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quero solicitar à Secretaria da Comissão que solicite ao Dr. Dayan, Delegado...

O SR. GUSTAVO DANDOLINE - Da Delegacia Especializada em Crimes do Sistema Penitenciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Penitenciário, solicitar ao Dr. Delegado a cópia de todos os inquéritos instaurados naquela delegacia que estão em andamento no processo da investigação.

Pode continuar.

O SR. GUSTAVO DANDOLINE - Até é uma questão de justiça elogiar o trabalho dele, porque ele vem se dedicando a essas investigações, vem dando toda a atenção às denúncias que tem recebido, não só através da Comissão, mas do Ministério Público, do próprio Judiciário, mas ele também tem dificuldades operacionais. Por exemplo, não tem um veículo apropriado para auxiliar nas investigações, eles utilizam um veículo cedido pelo DENAC que não é próprio para transportar preso, os agentes não têm rádio para se comunicar, o número de agentes também é insuficiente para os inquéritos que ele tem e pela gravidade das denúncias que constam nesses inquéritos. Então, ele tem enfrentado alguma



dificuldade nessa questão, mas ele em si, como delegado, tem se mostrado à altura da missão que recebeu, e reconhece isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Além do Urso Branco, há denúncias de torturas ou maus-tratos em presos em outros presídios ou delegacias espalhados pelo interior do Estado?

O SR. GUSTAVO DANDOLINE - Em delegacias, temos um relatório, que foi feito na campanha de combate à tortura, que a nossa Comissão executou no Estado em parceria com o Ministério Público. Então, foram constatados diversos casos de tortura em delegacias de polícia e por policiais militares também. Temos o relatório dessa campanha. Alguns casos foram comprovados, sim. Há ação penal já tramitando, a tortura como meio de prova.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Há alguma denúncia comprovada de presos que chegaram a morrer vítimas da tortura causada por policiais ou por agentes aqui no Estado?

O SR. GUSTAVO DANDOLINE - Olha, de cabeça, eu não lembro para afirmar para o senhor, mas... Eu não lembro, não teria condições de afirmar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

Deputada Jusmari, V.Exa. quer fazer alguma pergunta? (*Pausa.*)

Deputado Amorim. (*Pausa.*) S.Exa. se retirou por alguns minutos.

A Pastoral tem alguma coisa a acrescentar sobre assistência jurídica? A Pastoral tem encontrado reclamações também das visitas, sobre a falta de defensoria pública ou sobre sentenças vencidas?

O SR. GUSTAVO DANDOLINE - Não. A questão das penas vencidas é algo superado no Estado, o Judiciário e o Ministério Público têm zelado para que isso não ocorra, e eu não tenho nenhum caso registrado. Já houve, no passado, alguns casos, mas, de uns anos para cá, não temos recebido reclamações nesse sentido. Agora, a assistência jurídica, parece-me, agora vai melhorar, porque até o final do ano passado, até no âmbito da Comissão Especial mesmo estávamos encontrando dificuldades de conseguir manter um defensor lá com certa freqüência, para poder atender os presos, porque a demanda lá é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Última pergunta: pelo que o senhor conheceu do histórico dos presídios do Estado, principalmente do Urso



Branco, que é conhecido internacionalmente, as mudanças que ocorreram nos últimos 12 meses no presídio, com a redução das mortes, da violência, das fugas, elas estão sendo positivas? É constante esse crescimento? Percebe-se essa mudança dentro do presídio, das instalações, do tratamento? Ou pouca coisa se mudou nestes últimos anos?

O SR. GUSTAVO DANDOLINE - Acho que as mudanças que precisam acontecer no Urso Branco são mudanças de ordem estrutural. A questão da superlotação mesmo é um problema crônico, que dele decorre uma série de outros problemas. Quanto às mortes, houve, sim, uma redução do número de mortes, mas a gente faz uma leitura um pouco diferente sobre essa situação. Nós, da Comissão Justiça e Paz, os peticionários — nós temos o caso do Urso Branco na OEA —, entendemos que, mesmo havendo essa redução, não deveria haver nenhuma morte. Então, qualquer morte que ocorra dentro do Urso Branco, com as determinações da Corte Interamericana em vigência, para nós, é algo muito grave. A gente não aceita o argumento e não acha razoável, levando em consideração que o Brasil está sendo alvo desse processo e que existe essa determinação da Corte, que ocorram mortes. A morte do agente penitenciário também, no ano passado, do Fernando, foi muito grave, porque ele foi alvejado com um tiro, essa arma entrou dentro do presídio também. Não tenho o resultado da investigação, mas existe aí a possibilidade de que tenha sido colocada pelos próprios colegas dele, agentes penitenciários. E os presos também que morreram o ano passado são situações graves. Acho que se partir para essa linha de argumentação de que as mortes vêm reduzindo, e isso já é suficiente ou já satisfatório, eu não aceito esse argumento, como peticionário e como representante da sociedade civil, mas, objetivamente falando, realmente as mortes foram reduzidas. Agora, o problema da tortura e dos maus-tratos temos recebido muitas reclamações. A gente entende que a tortura e os maus-tratos vêm sendo praticados de forma sistemática no presídio como forma de impor a ordem, através da força. As reclamações são generalizadas, não é de um preso ou de uma ala, são da massa carcerária no todo, dos familiares. É muito difícil investigar, tanto que já foi pedido, até no âmbito da Comissão Especial, a intervenção da Polícia Federal, mas até agora também não houve resposta, no caso, para auxiliar o trabalho da Polícia Civil. E a investigação, por ter uma série de



dificuldades na investigação e na punição dessas pessoas, também a impunidade acaba se sobrepondo. Hoje temos, na tortura e nos maus-tratos, a maior preocupação, no Urso Branco. É claro que há a questão da água, que a gente não conseguiu também chegar a equacionar esse problema, a gente entende que a água também é fornecida de forma muito precária. Agora, a tortura, sim, o Estado nega, mas não é só a Comissão Justiça e Paz nem a OAB que reconhecem a tortura lá, o Ministério Público e o Judiciário também reconhecem. Temos manifestações públicas desses órgãos, temos documentos inclusive, há um procedimento na Procuradoria-Geral da República que pede a intervenção federal no Urso Branco, o Procurador-Geral da República está instruindo esse procedimento, já ouviu várias partes, e lá há manifestações nesse sentido de que tortura ainda vem sendo praticada dentro do presídio. Agora, há aquela dificuldade de comprovação. É um trabalho mais técnico, e a gente tem encontrado dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Quando falo sobre as mortes é porque, pelos números de 2002 a 2006, se considerarmos 96 mortes, temos uma média de praticamente 20 mortos por ano, de 2002 a 2006, e, em 2007, morreram 3. Então, percebemos que houve uma redução de praticamente 80% do número de mortes. É claro que, para nós, se não morresse ninguém nem do lado de fora nem lá dentro, seria muito bom. Não é verdade? Mas, no Brasil, no ano passado, morreram quase mil presos dentro do sistema prisional. É um número alto para um país que não tem pena de morte, é muito alto. Se chegarmos nos países que aplicam a pena de morte e somarmos quantas pessoas morreram pela execução penal máxima das cortes desses países, não dá 20% do que morreu no Brasil, que não tem pena de morte, mas tem morte sem pena. Estou falando em nome da CPI, que estamos visitando todos os Estados, e 3 mortes num Estado como Rondônia, que sempre foi considerado um dos Estados mais violentos no sistema penitenciário, nos últimos anos, para nós, é muito significativo pela redução e pelos avanços. É claro que, se chegarmos ao ponto de não ter nenhuma, vai ser uma conquista exitosa para a realidade do sistema carcerário do Brasil. Mas queremos destacar que nós estamos acompanhando, e acho que a melhor intervenção federal que poderia haver no Presídio Urso Branco seria o Governo Federal ajudar o Governo do Estado a construir um presídio para esvaziar o Urso



Branco. Não há outra intervenção para fazer, porque percebemos que é a solução. Não adianta vir aqui e mandar fechar o Urso Branco, que é um presídio que tem até instalações, percebemos, boas, as celas são espaçosas. É claro que uma pintura sempre é bem-vinda ou uma reforma de banheiro, mas não adianta vir aqui, intervir e fechar, e se vai colocar a população carcerária onde? Portanto, acho que a melhor intervenção do Governo Federal é aprovarmos, lá no DEPEN, verba para a construção de um presídio novo e — quem sabe? — tirarmos de lá 500, 600 presos. Acredito que também pode ser uma solução que satisfaça todas as expectativas da Pastoral e também dos representantes da OAB que aqui estão.

Eu agradeço o trabalho da Pastoral Carcerária e parabenizo o trabalho que a Igreja Católica faz em todo o Brasil, através da Pastoral Carcerária, e aqui, através da Comissão Justiça e Paz, da Arquidiocese de Porto Velho.

Muito obrigado ao senhor pela sua participação e pela sua luta em favor dos direitos humanos aqui neste Estado.

O SR. GUSTAVO DANDOLINE - Eu agradeço as palavras do senhor. Só queria deixar registrada mais uma informação: nós recebemos uma notícia de que um preso também morreu, lá do Urso Branco. Acho que têm umas 3 semanas. Sofreu uma crise asmática. A gente não conseguiu levantar informações ainda. Então, de repente, se a CPI nos auxiliasse... É uma informação que chegou por familiares de que o preso teve uma crise asmática no Urso Branco e morreu no João Paulo II. Então, a gente tem interesse nessas informações, até para avaliar o atendimento imediato que foi prestado a esse preso, em que condições ele foi levado para o hospital, enfim, para a gente poder ter subsídios para informar à Corte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sr. Secretário, V.Sa. tem informação sobre essa morte? Pode responder para nós?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - O diretor já encaminhou para a Secretaria, e foi encaminhado para a Corregedoria para apuramento. E está sendo encaminhado para o Ministério Público também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Houve morte?

O SR. GILVAM CORDEIRO FERRO - Houve, no João Paulo. Agora, a *causa mortis* eu não sei qual foi. Mas o diretor tem todas as informações e pode passar...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Diretor, V.Sa. pode responder aqui? Só para deixar claro logo. Vamos esclarecer logo o assunto. Vou convidar o Sr. Wildney aqui...

A SRA. LISANDRA VANNESKA MONTEIRO NASCIMENTO SANTOS - O senhor desculpe aqui a intromissão. É que eu recebi a ocorrência e, como não veio nenhuma denúncia de que seria um fato criminoso, mas de uma morte decorrente de uma doença, o que eu fiz? Eu encaminhei ao Delegado Dayan e solicitei algumas diligências preliminares, antes mesmo de abertura de algum inquérito, já que só se abre inquérito se há algum indício de fato criminoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

A SRA. LISANDRA VANNESKA MONTEIRO NASCIMENTO SANTOS - Daí, estou aguardando agora. Ele já requisitou o laudo e o prontuário médico do paciente. E já tenho conhecimento de que ele também solicitou a oitiva, lá na delegacia dele, do médico que recebeu, bem como de alguns apenados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

Sr. Diretor... Wildney, não é?

O SR. WILDNEY JORGE DE LIMA - Wildney.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só para esclarecer os fatos da morte. Houve a morte de qual preso?

O SR. WILDNEY JORGE DE LIMA - Esse preso era um preso provisório. Ele tinha problema, realmente, cardíaco. Segundo informações do médico de plantão — nesse dia nós tínhamos 2 médicos de plantão, 1 enfermeiro e 1 técnico em enfermagem —, esse preso desceu para o banho de sol, no período da tarde, e quando ele chegou ali na quadra, que estava naquele momento de recreação, ele sofreu uma crise, foi conduzido até a enfermaria. Lá na enfermaria foi perguntado ao mesmo o que ele tinha sofrido. Ele falou o que tinha sofrido. E lá na enfermaria mesmo ele sofreu uma parada cardíaca. Foi massageado. Nesse momento em que ele foi massageado, foi colocado no carro da escolta e conduzido até o Hospital João Paulo II. Foi sendo massageado, segundo o enfermeiro, de lá do Urso até determinado local, já próximo do João Paulo II. E, quando ele chegou no João Paulo II, foi avaliado pelo médico e, infelizmente, estava já sem vida. Agora vai-se ter um laudo médico, onde vai ser avaliada a morte dele. Eu não sou técnico na área de



enfermagem, mas acredito que, segundo os nossos companheiros de serviço informaram, foi uma parada cardíaca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Entre o tempo... Entre o período da primeira parada cardíaca e o tempo de chegar no hospital, demorou quanto tempo?

O SR. WILDNEY JORGE DE LIMA - Quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Agradecemos.

Nós vamos passar a palavra, agora, à Promotora... à Dra. Lisandra Vanneska, Promotora da Vara de Execuções Penais, que terá o tempo, também, de 5 minutos para falar — ou, se quiserem, ser perguntada, também, indagada, a critério dos membros da Comissão.

A SRA. LISANDRA VANNESKA MONTEIRO NASCIMENTO SANTOS - Boa-tarde a todos. Cumprimento a todos, na pessoa do Dr. Neucimar Fraga. O Ministério Público, aqui, está à disposição para responder as perguntas e indagações e tecer alguns comentários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Doutora, eu vou começar a fazer...

A Deputada Jusmari quer fazer alguma pergunta, primeiro, à Dra. Vanneska?

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Boa-tarde, doutora. Eu acho que a pergunta pertinente, que todos nós vamos fazer para todos que passarem aqui, é exatamente esta questão: o Ministério Público tem conhecimento de maus-tratos acontecidos ali na Penitenciária Urso Branco, que nós visitamos hoje de manhã, e onde todos... Como disse o Presidente, numa ala, todos reclamaram de maus-tratos; na outra, todos reclamaram que não. O contrário. Mas muitas denúncias, inclusive, que nós já colocamos aqui, das próprias visitas femininas, principalmente de serem constrangidas não na revista, mas sim em tratamento com os agentes que as recebem, que as conduzem no dia da visita... Isso existe? Há algum caso que já foi denunciado, que já foi comprovado, que já foi apurado? Como disse o representante da Pastoral Carcerária, existem algumas denúncias efetivas, oficiais. Se tem alguma já apurada e se vocês acompanharam.

A outra questão é o acompanhamento no presídio — tanto no Urso Branco, como no Panda, como no cárcere feminino. Como é que essa instituição tem feito o



acompanhamento, tem visitado, tem tomado conhecimento, tem, enfim, acompanhado todos os procedimentos ali dentro? Qual é a frequência em que vocês visitam, em que vocês têm contato com a população carcerária? Especificamente, estou falando daqui de Porto Velho, do que nós conhecemos hoje. Acho que essa é a pergunta que todos vão fazer.

A SRA. LISANDRA VANNESKA MONTEIRO NASCIMENTO SANTOS -

Bem, doutora, eu estou na Promotoria de Execuções Penais desde outubro de 2006, praticamente. E, de lá para cá, temos... o Ministério Público... Eu geralmente fico sozinha na Promotoria. Às vezes tenho a ajuda de um outro promotor. Mas tenho procurado sempre estar em contato com os presos, não é? Têm alguns presídios mais problemáticos, e o maior deles é realmente o Urso Branco pela grande quantidade de presos, pela superpopulação do próprio presídio. E é realmente onde eu mais freqüento, não é? Acredito que já passei por aqueles pavilhões inúmeras vezes, falando, inclusive, cela por cela. E na maioria das vezes acompanhada pelo Juiz de Execução, Dr. Sérgio William. O contato não é apenas virtual. Realmente, o Ministério Público vai ao presídio, procura falar com os presos, procura anotar nome de presos. Das inúmeras vezes em que já fui ao Presídio Urso Branco, aquela questão da pena vencida... Toda vez que a gente anota o nome e vai verificar, ele não está com a pena vencida. Geralmente é aquele preso que cometeu uma falta grave, não foi ainda oitivado para saber se haverá regressão ou não; ou aquele preso que tem uma condenação anterior e que foi transitado em julgado, agora, teve sua pena somada e reliqüidada, e ele ainda nem sabe, não é? O que eu tenho percebido no Urso Branco... Falando dos outros presídios, antes de chegar ao tema da tortura, por exemplo, o Presídio Ênio Pinheiro, que o Ministério também vai visitar, é um presídio mais calmo, onde não há denúncia de tortura. O que há no Ênio Pinheiro é um outro tipo de problema: seria a corrupção dos agentes e a entrada de drogas dentro do presídio. É esse o maior problema do Ênio Pinheiro. Então, a parte de tortura não é um problema característico daquele presídio. O Ênio Pinheiro é exatamente aquele presídio onde todo preso pede para ir. É um presídio de estrutura até mais frágil que a do Urso Branco e a do próprio Urso Panda, mas onde os presos se sentem mais à vontade. O Presídio Urso Panda seria o melhor presídio aqui de Porto Velho. É um presídio novo, com estrutura de presídio mesmo,



onde você tem a segurança dos agentes na vistoria dos pavilhões e onde têm as salas de oficinas, já prontas para oficinas, mas que ainda não foram totalmente implementadas. É o presídio que tem escola também, o Urso Panda. E recentemente, no Urso Panda, já temos encontrado denúncia de tortura. Na colônia penal, nós temos feito... tentado fazer alguns projetos com os apenados da colônia. Uma grande parte — não sei precisar quantos — tem trabalho externo, saída temporária. Muitos trabalham na horta, que é um projeto de parceria do Ministério Público com a Vara de Execuções e com a SEJU e a Acuda, juntamente com a OAB e as comissões; e em outros projetos de artesanato, na Acuda. O presídio feminino também é um presídio que tem menos... Apesar da estrutura que vocês viram lá, hoje não tem problemas assim de tortura, de presa reclamando. A maior questão ali é o tráfico de drogas mesmo. Então, não são presas violentas a maioria das detentas ali. O que elas querem mesmo é a liberdade. Ficam ali aguardando até... Mas não há denúncia de tortura. Realmente, o presídio mais problemático é o Urso Branco. E ultimamente tem sido o Urso Panda também. De outubro para cá, já presenciei... Eu não me recordo agora da data, mas acredito que no ano passado teve a morte de um... teve um início de motim, com a conseqüente morte de um apenado e lesão de vários outros apenados. O Ministério Público, em relação a esse fato, tomou a atitude de pedir o afastamento da Direção Geral e da Direção de Segurança. Dentro desse mesmo procedimento, tomamos... Eu mesma, com a presença do delegado, tomei o depoimento de vários apenados naquele momento — acho que foi julho de 2007 —, e pedimos o afastamento dos diretores. O inquérito, segundo o Dr. Dayan, está para ser concluído agora, não é? Ele está relatando e está mandando para a promotoria do júri, bem como o outro para a promotoria genérica. É que são 3 inquéritos. Em relação a esse fato da morte do agente, os 4 agentes suspeitos de terem colocado as armas de fogo para dentro do presídio foram presos, estão detidos no Ênio Pinheiro. E deram uma acalmada, um certo tempo, as torturas. Mas ultimamente têm voltado as reclamações. Solicitei, neste último mês agora, o exame do corpo de delito de 6 detentos. E tenho conhecimento de que mais uns 6 também foram examinados, dando positivo para lesões. O Dr. Sérgio William, em vistoria no Presídio Urso Panda, também



presenciou sinais de tortura ou de lesão, de maus-tratos em 10 ou 15 apenados, e também os mandou para exame de corpo de delito.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Senhora, nós percebemos em algumas celas... Pelo menos em 5 celas em que eu tive contato, todos me mostraram os joelhos com calos, com lesões no joelho. Segundo eles, são obrigados a ficar ajoelhados, de castigo. E outros... alguns detentos me disseram que estão com problema de hemorróida, de alguma coisa, porque são obrigados a ficar sentados no sol, na quadra, de manhã até à noite, quando ficam de castigo. Dizem que isso é costumeiro acontecer. Isso também é do seu conhecimento?

A SRA. LISANDRA VANNESKA MONTEIRO NASCIMENTO SANTOS - Doutora, quando a gente vai visitar o presídio, o preso... A última visita que eu fiz lá... Teve uma visita em 18 de janeiro e agora, em fevereiro. A maioria da reclamação é de alimentação, água, visita. Agora, essa questão do banho de sol, de ficar o dia... Não houve. Para mim, nenhum preso falou. Eu tenho tido uma parceria boa com o Dr. Dyan, o delegado da delegacia especializada em crimes dentro do sistema penitenciário. E as diligências dele também não têm esse tipo de reclamação. A reclamação é de tortura e espancamento mesmo: descer os cassetetes, canos. As lesões têm sido essas. Cassetetes nas palmas dos pés, na nuca, nas costas. E estão sendo todas apuradas. Tem uma... Agentes já foram denunciados recentemente. Os que foram flagrante... Os que foram preventivos o ano passado também já foram denunciados por tortura. Os 4 ou 3 agentes que não foram... Eu estava de férias, e o meu colega pediu a preventiva desses 3 agentes. Então, o Ministério Público, no momento em que chega uma denúncia de tortura lá... Porque o Ministério Público está com as portas abertas para os familiares dos presos, para as mães, para as mulheres. E, a partir do momento em que chega a denúncia de tortura, eu requisito ou, muitas vezes, vou pessoalmente ao presídio, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tem recebido reclamações de pessoas com penas vencidas, que estão aguardando há muito tempo julgamento e ainda não foram a juízo?

LISANDRA VANNESKA MONTEIRO NASCIMENTO SANTOS - O Tribunal de Justiça, recentemente, desenvolveu um sistema automático de cálculo de penas.



Então, hoje é praticamente impossível... É claro que existe um caso ou outro de pena vencida. O que acontece? Têm inúmeros presos que têm várias condenações que ainda não foram julgadas, vários processos que ainda não foram julgados. Então, ele está... digamos, ele está com uma progressão prevista para 15 de fevereiro. Aí, chega uma nova guia da condenação de um crime anterior, que é somada àquelas outras guias, reliqüidada a pena. A progressão dele é projetada para outro mês, e ele nem sabe disso. Não tomou conhecimento ainda, porque o cálculo ainda não foi para ele. Outra possibilidade também é o cometimento de falta grave — tem que ter audiência de justificação, consoante a LEP, — ou aqueles presos de mau comportamento, aqueles presos agressivos, que têm contas de ameaça. Eles têm a falta grave ou têm o comportamento registrado como mau comportamento e não são progredidos por falta de requisitos subjetivos. Porque a LEP, além do requisito objetivo, que é o tempo de pena, exige o requisito subjetivo. Porque, se nós não podemos mandar um preso que tem um comportamento ruim, durante toda a sua pena, no fechado, para uma colônia penal, onde as regras de vigilância são bem minimizadas...

O SR.PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Ministério Público já fez alguma ação civil contra o Estado, pedindo a interdição, desativação de alguma cadeia ou penitenciária do Estado?

A SRA. LISANDRA VANNESKA MONTEIRO NASCIMENTO SANTOS - O Ministério Público tem uma ação civil pública ajuizada no início ou em meados de 2000, já com o pedido de ampliação, reforma do Ênio Pinheiro; reforma do Urso Branco; ampliação do quadro dos agentes penitenciários, com cursos para agentes penitenciários; exigência de comissão ou de classificação técnica para exames criminológicos, separação de presos; criação de comissão disciplinar para monitoramento, julgamento e processamento das faltas graves e de casos mesmo de tortura, ocorridos dentro do presídios. Foram feitos. Mas o Estado recorreu várias vezes lá, houve relatórios. Mas a ação está em trâmite. O Ministério Público já fez as alegações finais. Eu não sei exatamente se já foi dada a sentença pelo juiz da Vara pertinente. Mas o Ministério Público tem essa ação civil pública, não é?

O SR.PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.



LISANDRA VANNESKA MONTEIRO NASCIMENTO SANTOS - Inclusive, o Ministério Público foi o responsável pelo cadastramento dos presos do Urso Branco, cadastrando, registrando, fotografando e evitando o que acontecia muitas vezes nos anos passados, de preso sair no lugar de outro. Então, hoje nós temos o preso fotografado, a tatuagem — se ele tem tatuagem em algum lugar, se ele tem marcas —, o tamanho do preso, a estatura do preso, se ele tem... a parte dentária... Tudo está no sistema do Ministério Público e do Judiciário.

O SR.PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos à Dra. Vanneska pela sua participação, pelo serviço prestado no sistema penitenciário do Estado de Rondônia.

Vamos ouvir agora o Dr. Sérgio Domingos.

A SRA. LISANDRA VANNESKA MONTEIRO NASCIMENTO SANTOS - Doutor, só um final...

O SR.PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ah, sim.

A SRA. LISANDRA VANNESKA MONTEIRO NASCIMENTO SANTOS - Eu queria que esta Comissão fizesse uma gestão lá em Brasília para acatar uma deliberação ocorrida na comissão de monitoramento do caso Urso Branco, que é aquela comissão formada por pessoas lá do conselho do Departamento de Direitos Humanos, em Brasília, que vem bimestralmente ao Urso Branco para tratar dessa questões da tortura, de melhorias do estabelecimento, que solicitou a intervenção no serviço de inteligência da Polícia Federal para ajudar no descobrimento de casos de tortura. Porque nós, como o Dr. Gustavo falou, temos estrutura precária na delegacia especializada de crimes no sistema penitenciário. Apesar de o delegado ser uma pessoa que está dedicada, falta ainda estrutura. E, realmente, se houvesse essa ajuda do Serviço de Inteligência da Polícia Federal, poderíamos, além de prevenir, descobrir casos de tortura mais efetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Aceitamos a reivindicação e vamos nos empenhar para poder acompanhar essa solicitação feita pelo Ministério Público do Estado de Rondônia.

A SRA. LISANDRA VANNESKA MONTEIRO SANTOS LIMA - Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos ouvir, agora, o Dr. Sérgio Domingues Teixeira, que é Juiz da Vara de Execuções Penais do Estado de Rondônia.

O SR. SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA - Uma boa-tarde a todos, ao Deputado Neucimar Braga...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Fraga.

O SR. SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA - Fraga. Saúdo os demais membros da Mesa, os Deputados aqui presentes, as demais autoridades, quem estiver também acompanhando esta audiência pública. Mais uma vez, meu boa-tarde. Eu gostaria de fazer uma breve apresentação do que tem sido feito e, depois, ficar à disposição para as indagações que forem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA - De antemão, hoje de manhã, houve, quando cheguei ao Urso Branco, fiquei até um pouco preocupado, porque já cheguei recebendo a notícia de que o juiz da VEP era omissivo. Isso me causou surpresa e fiz questão, até, de acompanhar mais próximo como estava sendo desenvolvido o trabalho, e 3 casos me chamaram a atenção. Dos nomes que estavam sendo levantados, dos que estavam lá, 3 apenas dizendo que tinham benefícios vencidos e alguma coisa nesse sentido. Fui até a VEP, na hora do almoço, no intervalo, e chequei. Um dos presos, por exemplo, Adriano Soares Campos, que reclamou que estava com o benefício vencido, esse preso tinha benefício de progressão de regime semi-aberto no dia 17 de janeiro de 2008. Ele cometeu uma falta grave no dia 26 de novembro de 2007, foi pego usando substância entorpecente. Foi feita uma audiência de justificação, em 31 de janeiro de 2008, na VEP, ele teve falta grave reconhecida e foi regredido, quer dizer, foi reliquidada sua pena, ou seja, o benefício foi reprojeto para data futura. E esse preso tinha conhecimento disso, no entanto, esse mesmo preso alegava estar ali injustamente. Então, são situações como essa que, com muita frequência, ocorrem e nos causam, às vezes, alguns transtornos. A reclamação também que ouvi constante a respeito de torturas e maus-tratos, não quero aqui fazer defesa prévia de ninguém no sentido de que não exista tortura e não exista mau trato. Evidentemente que há indicativo de que tem ocorrido agressão física contra



apenado, tortura, espancamento, e isso tem sido objeto de investigação da Vara de Execuções Penais, com apoio do Ministério Público, com apoio da Delegacia de Assuntos Penitenciários. Recentemente, 13 apenados do Urso Panda, em visita a essa unidade prisional, estavam bastante lesionados, e nós encaminhamos esses 13, no mesmo dia, para exame de corpo de delito. Eles estão sendo ouvidos pelo Delegado Dayan, já foram submetidos, o laudo está sendo confeccionado. Tão logo tenhamos as oitivas e os laudos, vamos analisar as informações, para definir qual a providência a ser tomada. Foi dito aqui, e achei interessante, a questão de presos com o joelho arranhado, com marcas de lesão pelo corpo, e há notícia de que presos eram colocados para ir andando ajoelhados ou se arrastando ajoelhados por longo espaço na unidade prisional. Esse mesmo fato ocorreu também numa outra unidade prisional. Então, leva-nos à obrigação de investigar com mais detalhe, até mesmo para se identificar uma suspeita mais firme de envolvimento de algum agente e tomarmos a medida de afastamento imediato desse agente penitenciário. Falo da cautela porque também é muito comum o preso com relação àquele grupo de agentes mais rígidos, mais firmes, que não deixam passar aquilo que era interessante para eles agirem no sentido de criar algum embaraço para esse grupo de agentes. Por isso é importante ter a cautela de averiguar se houve, de fato, a agressão, se houve, de fato, a tortura, porque isso pode ser também um mecanismo do preso para retirar da fiscalização aquele agente que tem um trabalho mais efetivo. Por outro lado, isso também não pode servir de escudo para dizer que todo agente é bonzinho, que todo agente cumpre seu papel. O agente que não cumpre seu papel deve ter a mesma punição de um criminoso quando pratica uma ação ilícita. Bom, feita essa breve introdução aqui, eu gostaria de dizer que temos, na Vara de Execuções Penais, hoje, tramitando, 9.007 processos — são dados do relatório de janeiro, janeiro de 2008 —, 9.007 processos, 5.405 deles na Vara de Execuções Penais, na VEP; 3.602 na Central de Penas Alternativas. Temos lá um quadro de 20 servidores, temos um Assessor do Juiz e 3 estagiários, para nos prestar assistência e auxílio. Temos um quadro prisional em Porto Velho extremamente caótico. Infelizmente, isso já se prolonga por um tempo muito grande, não é de agora. Então, não é um desmérito para o Governo atual, embora eu sempre diga o seguinte: o tempo do preso é diferente do nosso tempo. Podemos



projetar alguma coisa para o futuro resolvendo essa questão mais adiante. O preso precisa da solução agora, porque ele já vive o caos agora. Então, temos, por exemplo, em Porto Velho, um quadro muito grave. Temos 1.975 presos no regime fechado — são dados de janeiro; temos 442 presos no regime semi-aberto; temos 1.156 presos no regime aberto; e 321 presos em livramento condicional, num total de 3.894 presos só aqui em Porto Velho. Temos uma capacidade máxima de lotação de 980 presos. Isso nos dá um déficit instalado — já temos déficit de vaga — da ordem de mil vagas só em Porto Velho, menos um pouco, 990 vagas, mais ou menos, já instaladas na capital. Faço questão de registrar um fato importante também. O Supremo Tribunal Federal, quando decidiu aquele HC que concedeu progressão aos crimes hediondos, trouxe um alívio ao sistema carcerário porque permitiu que muitos presos tivessem benefício de progressão. Aqui em Rondônia, a VEP fez um mutirão imediatamente após a decisão e progredimos cerca de mil presos do regime fechado. Retiramos do regime fechado cerca de mil presos. Isso reduziu muito o sistema carcerário. Chegamos a ter: no Urso Branco, que tinha 1.200 presos, reduziu para 700; no Panda, caiu para 300; no Enio, caiu para 300, mais ou menos, também. Só que o que tinha para esvaziar foi esvaziado, o que tinha para conceder benefício legalmente amparado foi concedido. E, recentemente, também tivemos modificação, aí, dos crimes hediondos. Então, em 29 de março de 2007, passou a vigor uma nova lei que impõe uma pena mais rigorosa para quem pratica crime hediondo. Hoje, o preso vai ficar 2 quintos, se for réu primário, e 3 quintos dessa pena, se for reincidente. Ou seja, 40% ou 60% da pena. Isso já está trazendo reflexos ao sistema penitenciário. Tivemos, em janeiro, tenho um dado aqui, 1.028 presos no Urso Branco; 150 presos do seguro estavam lá. Retirei 150 presos do seguro, mandei distribuí-los entre o Panda e o Enio. Quer dizer, baixou para menos de 900 presos. Hoje, um mês depois, temos 1.171 presos. Então, a chegada de preso está sendo, assim, em volume muito grande. E mais, a permanência desse preso no regime fechado vai-se dar por um tempo muito maior, porque ele não vai ficar só um sexto da pena, que equivale a 16% dessa pena mais ou menos. Ele vai ficar ou 20% ou 40%, mais provavelmente 60%! Porque grande parte da população carcerária é reincidente. Temos um dado ainda mais preocupante: temos 7.885 mandados de prisão pendentes de cumprimento aqui em



todo o Estado de Rondônia. Desses 7.885, 2.904 só em Porto Velho. Praticamente 3 mil mandados para serem cumpridos só em Porto Velho. Se eu trazer essa população carcerária e mais 3 mil presos para abrigar no nosso sistema, já representa a falência do sistema. Já temos um déficit no Estado de quase mil vagas aproximadamente. Com mais essa possibilidade de ingresso de mais 3 mil presos, alguma providência tem que ser tomada imediatamente. Vou depois entregar às mãos da Comissão um documento — é uma cópia, não está assinada, porque é uma cópia —, que foi encaminhado a todas as autoridades do Estado: Presidente do Tribunal de Justiça, Corregedor do Ministério Público, Governador do Estado de Rondônia, Secretário, à época, da SEAPEN, hoje SEJUS. Foi encaminhado também ao DEPEN — Departamento Penitenciário Nacional, informando a situação caótica do sistema prisional em Porto Velho e da necessidade primeira da construção de vagas aqui em Porto Velho. Nada foi feito para resolver esse problema. Tivemos, sim, obras feitas e já iniciadas antes desse relatório, obras que foram a reforma do Panda e a criação de um presídio para 96 vagas, que está em fase de acabamento, mas nem de longe vão resolver o problema da capital. Eu tenho jurisdição na capital. Não posso resolver o problema do Estado inteiro, mas eu tenho que cobrar solução para os problemas da capital. Já conversei com a Presidência do Tribunal de Justiça, já conversei com alguns colegas magistrados e vou ter que chegar à adoção de uma medida drástica de anunciar um prazo a ser dado para a Secretaria de Justiça, para que ela dê início à construção, à obra de ampliação do número de vagas para a população carcerária em Porto Velho. Eu ainda não defini qual vai ser esse prazo. Preciso conversar com o Secretário, inclusive, sobre isso, para definir prazo razoável para que essas medidas sejam tomadas. Vencido esse prazo, se nenhuma medida for tomada, eu vou interditar os presídios da capital. Eu não vou soltar nenhum preso, porque eu tenho também responsabilidade com a própria sociedade e não posso colocar em risco o meio social. Mas eu não posso permitir também o aviltamento da dignidade da pessoa humana, que vem sendo praticado reiteradamente nos presídios em Porto Velho. E não há uma preocupação aparente, não se mostra uma política do Governo em se fazer a necessária construção para lotação da massa carcerária existente em Porto Velho. Então, eu vou ser obrigado a tomar essa medida...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só para esclarecer, meritíssimo. No caso, vai interditar a entrada de novos presos?

O SR. SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA - Exatamente. Não soltaria nenhum, mas só entrariam novos presos a partir do momento em que a capacidade permitida para aquela unidade fosse alcançada. Eu tinha também algumas... Eu levantei algumas observações importantes que eu acho que é o momento para se colocar aqui. Hoje, importante, seria necessária a construção de um presídio de pelo menos 900 vagas para o masculino. Existe... Na última reunião, que foi feita pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, com a presença de várias autoridades, o representante do DEPEN ficou de nos dar uma resposta até o dia 13 de março a respeito da construção de uma unidade prisional em Porto Velho, de 421 vagas. É um projeto nacional de construção de unidade prisional para presos jovens, presos entre 18 e 24 anos. No dia 13, ela vai nos dar essa resposta. E havia também uma contraproposta de, em aceita essa indicação, o Governo do Estado arcaria com a construção de 400 vagas na capital para resolver esse problema do nosso sistema carcerário. Então, espero, com muita vontade, que a notícia do DEPEN venha positiva, autorizando a construção dessas 421 vagas e, ao mesmo tempo, eu espero também o compromisso do Estado de imediatamente dar início à construção desse presídio para 400 vagas. Essas 821 vagas que seriam construídas não vão resolver o problema do Estado. Por quê? Nós estamos em vias de construir uma hidrelétrica, em vias de aumentar a população da capital, estima-se, em cem mil habitantes. Esse aumento populacional certamente também vai levar a uma demanda maior de prisões, e não se está preparando a capital para receber esse contingente populacional que se prevê mais adiante. Mas, com essas 900 vagas, eu já tenho pelo menos um alívio para manter o equilíbrio do sistema carcerário: 900 vagas masculino ou 821 vagas e mais 200 vagas, pelo menos, no presídio feminino. Já há previsão de iniciar o presídio feminino também este ano. Então, já resolvi também esse problema. Foi dito aqui e muito bem colocado a questão de o preso cumprir a pena e depois abandonado à própria sorte. Isso é uma realidade em Porto Velho. Isso talvez seja a maior causa de reincidência criminal no nosso País, porque se joga um preso no cárcere, não o educa, não o prepara para a vida social; ele sai do sistema carcerário e é colocado na rua. Não tem um local para ficar abrigado e



não tem um local onde ele possa conseguir a alimentação. E a lei de execução penal é clara. Ela determina que o Estado construa o Patronato, que é o órgão responsável para receber e atender esse preso no primeiro ano em que ele é egresso do sistema carcerário. Nos 2 primeiros meses, a lei determina total amparo para ele: local para ele dormir, o local para ele se alimentar. E o Estado de Rondônia até hoje não fez isso. Eu interditei, em 2005, o albergue municipal. Hoje, todos os presos em regime aberto cumprem pena em regime domiciliar. Interditei porque não havia condições de habitabilidade no albergue. Até coloquei também que eu não queria que se construísse um novo albergue. A minha intenção é que o dinheiro que se gastaria com esse albergue fosse aplicado na construção desse Patronato. Com esse Patronato, esse preso podia ser encaminhado para um trabalho, esse preso podia receber alimentação, e não teria necessidade de, no primeiro dia, a não ter o que comer e não ter onde dormir, e ele ter que voltar à vida do crime. Nós evitaríamos também a reincidência, cumprindo o que determina a própria lei. E aqui no Estado não se está cumprindo. Precisamos com urgência de um hospital de custódia, onde exista pelo menos uma ala destinada a preso por medida de segurança. Nós temos pelo menos 28 presos no Enio Pinheiro. São presos que, por deficiência mental ou por um estado mental deficiente, eles não são presos, de fato, são detentos que sofrem medidas de segurança, e ficam misturados com preso comum. Volta e meia, não é incomum, eles sofrem agressões porque eles não têm sanidade mental completa. Criam um caso, não se dão bem com um apenado do sistema comum, acabam sofrendo represálias. É preciso que esses presos tenham a atenção necessária. E é preciso também que o preso encarcerado tenha um tratamento médico eficiente, tenha assistência médica de fato, tenha assistência odontológica real, e não a mutilação que se aplica no sistema carcerário, onde não tem assistência nenhuma e, quando tem assistência, é extração dentária. É preciso que nós tenhamos também — a SEAPEN tem se esforçado, eu tenho visto boa vontade na SEAPEN —, mas ela precisa também fazer a gestão junto ao Governador, para que as soluções venham mais rapidamente. Nós vamos ter agora o concurso para agente penitenciário, com a criação de 900 vagas, mas foi anunciado aqui que nós temos 600 agentes que são temporários. Não tem nenhuma dúvida. Contratam-se 900, afastam-se 600. Qual vai ser a entrada de agentes? A



matemática é simples: 300 agentes vão entrar no sistema. Isso nem de longe vai resolver a necessidade de agentes penitenciários. É a superlotação dos presídios e a falta de agente penitenciário também no presídio que inibem, por exemplo, a atividade laboral. O índice de 5% de presos trabalhado no regime fechado é absolutamente inaceitável; 5% dos presos estudando no sistema carcerário: é absolutamente inaceitável. Nós temos também que criar a comissão técnica de classificação. Já encaminhei requerimento à Secretaria, porque precisamos também ter presídios de segurança máxima, de segurança média e de segurança mínima. Nos de segurança máxima, daqueles presos mais perigosos, teriam o maior número de agentes. Aquele preso que não representa grande periculosidade podia ficar no regime mais brando, como nós já temos hoje em Rondônia, em Porto Velho. Nós temos o Enio Pinheiro, onde existe, dentro do presídio, um sistema chamado de intramuros, onde os presos ficam em maior liberdade. Há um número de agentes muito pequeno para controlar esses presos. Se nós aumentássemos a quantidade de presos nesse regime intramuros, teríamos uma economia e uma eficiência também no sistema, reservando o cárcere, a cadeia, para aquele preso mais perigoso. Para isso, eu não posso contar só com a boa vontade do diretor da unidade prisional. É preciso ter uma equipe preparada para fazer essa avaliação. Nós precisamos também, aqui em Rondônia, e a SEAPEN já se manifestou prontamente, tenho visto também empenho, no sentido de envolver os demais órgãos do Governo com a questão penitenciária. Então, por exemplo, nós temos... Recentemente, vi uma propaganda do município que dizia que ele forneceu 53 mil uniformes escolares. Por que não colocar o preso lá do Enio Pinheiro, o preso do Panda e o preso do Urso Branco para confeccionar esse uniforme? Daria atividade para o preso, daria ocupação para o preso, haveria uma prestação social com o trabalho desse preso. Isso também precisa ser feito. Os órgãos do Governo precisam ver o sistema penitenciário como uma possibilidade de ganho social. E aqui tem grande importância também a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, cobrando do Executivo esse tipo de providência. Existe um projeto da VEP, da Vara de Execuções Penais, para criação de uma cartilha do preso. Isso seria em convênio com a própria Secretaria de Assuntos Penitenciários, SEJUS, agora, para que isso também seja implementado. E o preso, de posse dessa...



Entrou no sistema, ganharia a sua cartilha. É lógico que tem muito preso analfabeto e não vai adiantar ele receber a cartilha, mas um outro preso com a cartilha poderá orientá-lo sobre seus deveres e sobre seus direitos. E, por último, 2 aspectos. Nós temos alguns projetos que desenvolvemos aqui em convênio com a SEJUS, em convênio com o conselho da comunidade, com a participação da Comissão de Direitos Humanos da OAB, com a Justiça Global, com a Pastoral Carcerária, que são muito importantes e precisariam também de apoio: o Projeto Bizarrus, que é o teatro que faz uma divulgação muito importante da questão carcerária. A Acuda presta um trabalho também muito importante para a gente, eu faço questão de registrar aqui. Existem alguns projetos importantes, como o Cultivando a Liberdade; o João-de-Barro também, que é um projeto ainda em fase de gestação, que é usar a mão-de-obra carcerária para a construção de casas populares, usando a madeira apreendida ilegalmente pelo IBAMA e as serrarias também apreendidas ilegalmente. Usando a serraria e a madeira, com a mão-de-obra do apenado, construindo casas populares e destinando ao menos 40% dessas casas para as famílias daqueles presos que demonstrarem bom comportamento carcerário. E, por último, a razão da visita: o grande problema penitenciário que nós temos em Rondônia, que é o Urso Branco. Qualquer movimento que se faça, qualquer ação que se procure desenvolver, se não resolvermos a questão da lotação no Urso Branco, nenhuma solução vai resolver. E eu peço que se construam novos presídios na capital e que o Urso Branco volte a ter a sua finalidade de origem, que é limitar a receber 456 presos, que é a capacidade hoje — não é 360. Mas que ele volte a ser uma casa de detenção, abrigar somente preso provisório. Por quê? Porque a estrutura física do Urso Branco não é a estrutura ideal de um presídio. Presos de baixa periculosidade ali não fariam um levante, um motim, uma rebelião. Já tivemos 2 rebeliões extremamente sangrentas, extremamente violentas, em razão da estrutura física do Urso Branco, que se fosse transformado em casa de detenção isso certamente não aconteceria mais. Eu agradeço o tempo que me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós é que agradecemos, Dr. Sérgio.

O Deputado Amorim quer fazer uso da palavra para alguma pergunta.



O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Dr. Sérgio, só queria aqui, até porque eu não conhecia o seu trabalho, dizer publicamente que, no momento em que eu entrei naquele presídio, referi-me à administração da época, mas entendi e vi a sua boa vontade, a sua coragem de ajudar a resolver o problema. Estará com toda a razão se chegar a interditar aquele presídio, até porque a Constituição exige o cumprimento, a quantidade, o espaço, o atendimento. E se isso não estiver sendo dado, cabe à autoridade que V.Exa. tem em até interditar. E, fazendo isso, eu tenho certeza de que vai ver as soluções, até porque o nosso Governador, por muito boa vontade que tenha, não tem feito ainda o suficiente para ajudar esse setor, e o que está fazendo é pela boa vontade dessa equipe toda que está trabalhando. E se for alguma coisa injetada a mais, eu sei que aquele presídio vai melhorar e, com os seus projetos, ainda melhor chegará.

Eu estou em Brasília a sua disposição, à disposição de todos os funcionários da Secretaria para, dentro do possível, ajudar. Se porventura vier a ser feita a interdição daquele presídio, terá o nosso apoio. Serei eu o primeiro a fazer um discurso em Brasília mostrando ao Brasil que aqui tem juiz que tem coragem e está dentro das suas funções, exercendo seu cargo em toda a sua plenitude.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria também aproveitar a oportunidade, Dr. Sérgio. Na verdade, não restou nenhuma pergunta a ser feita porque todas as respostas que poderiam ser dadas já foram informadas através do relato feito por V.Exa.

Eu queria parabenizá-lo pelos números, pelos dados, pelos relatos, pelas posições e pelas ações que tem desenvolvido à frente da Vara de Execuções Penais, muito embora saibamos que dar conta de 9 mil processos não é fácil. Só através de um esforço muito grande, de uma dedicação, de um planejamento bem executado é que realmente pode dar resultados como esse. Não sabemos quanto tempo V.Exa. vai permanecer à frente da Vara de Execuções Penais para dar conta de 9.500 processos. nem sei se algum dia o substituto poderá exercer com tanta dedicação o cargo que exerce. Portanto, nós sabemos que é quase humanamente impossível um juiz dar conta de tanto processo assim — 9.500 processos. Fica, aqui, a nossa preocupação e recomendação. Fomos informados da possibilidade de



criar acho que uma vara de um substituto ou de um auxiliar para ajudar nessa tarefa. Eu não sei em que pé está essa situação e o que nós podemos fazer para ajudar na criação dessas 2 outras forças para auxiliá-lo no seu trabalho. Mas eu quero parabenizá-lo pela forma como desenvolve, mesmo diante de obstáculos tão grandes como esse.

O SR. SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA - Eu agradeço. A questão do Tribunal já está sendo encaminhada. Nós estamos com uma pendência de um concurso em Brasília que está sendo resolvida. Eu estive com o Corregedor nesta semana e ele se comprometeu a pelo menos uma vez por semana colocar um juiz auxiliar na Vara para que eu possa fazer as visitas que o próprio CNJ determina. E a promessa de, em breve, colocar um juiz auxiliar para prestar serviços jurisdicionais junto comigo à frente da VEP e da CEPA. Só para finalizar, eu vou encaminhar à Comissão alguns relatórios. O último que eu encaminhei também para a Presidência do Tribunal e para a Corregedoria, 1 que eu encaminhei para todas as autoridades — SEJUS, Governador do Estado e tudo o mais — e 2 projetos que foram desenvolvidos na VEP também. Um foi comentado pela Dra. Lisandra e diz respeito ao cálculo informatizado, que é um sistema bastante interessante. Foi um trabalho do setor de informática do Tribunal de Justiça, orientado pela Vara de Execuções Penais. E o outro projeto, que já vem sendo aplicado aqui há 4 anos, chamado RESSOAR, que é Resgate Social dos Apenados de Rondônia. Uma vez por ano, a VEP se desloca para a unidade prisional, e todos os presos, de todos os presídios, têm uma entrevista individual com o promotor, o juiz e o defensor público, e o seu processo é saneado naquele ato. Tudo o que tiver que ser feito naquele processo é feito naquele ato. E esse projeto já vem sendo aplicado há 4 anos. É lógico, não é exclusivo isso. Isso aqui também não é mérito do Judiciário exclusivo, porque é uma obra de parceria do Ministério Público, da Secretaria de Justiça, da Defensoria Pública. O Dr. José Augusto, aqui, faço questão de registrar também o trabalho excelente que ele faz à frente da Vara de Execuções Penais, que permitiu um controle maior do sistema carcerário. Talvez por isso tenham diminuído as mortes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria aproveitar a oportunidade e solicitar a V.Exa. tomar providência em relação a uma presa chamada Ana Cláudia Reis. Ela está detida no presídio feminino. Faço isso de ofício



pela Comissão. Acredito que o relato prestado pela presa à Comissão é de que ela estaria presa por ordem da Juíza Dra. Juliana Couto por não pagamento de aluguel à proprietária chamada Jovina Lima da Silva, lá no Bairro Nova Porto Velho. Então, a Comissão fica preocupada. Não sei se o relato que ela faz tem fundamento, se é simplesmente por esse fato, mas eu queria encaminhar então a V.Exa. para tomar as devidas providências em relação a esse caso e pudesse acompanhar. Depois, nós vamos até solicitar também à Defensoria Pública que faça o mesmo em relação à Ana Cláudia Reis, que é ré primária, está presa por não pagamento de aluguel, segundo informação prestada por ela à Comissão.

No mais, nós queremos agradecer a presença ao Dr. Juiz Sérgio Domingues e pelo relatório prestado.

Convidamos o Dr. José Augusto, que é Defensor Público, para também fazer uso da palavra pelo tempo de 5 minutos.

O SR. JOSÉ AUGUSTO LEITE NETO - Exmo. Sr. Deputado Presidente da Mesa, eu cumprimento a todos em nome de V.Exa.

Só abreviando a questão da D. Ana Reis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ana Cláudia Reis.

O SR. JOSÉ AUGUSTO LEITE NETO - Ana Cláudia Reis. É uma prisão administrativa. Nós já melhoramos essa prisão administrativa, porque anteriormente o juiz lá do Juizado Especial Criminal encaminhava essas presas para ficarem juntas às condenadas. E nós, juntamente com a direção... Quero aqui elogiar a direção do presídio feminino nesses últimos 6 anos. Não existe neste País um presídio como aquele, mesmo com as condições ambientais desproporcionais. Mas não existe igual. Se existe um sistema penitenciário em Rondônia, ele é no presídio feminino. Isso eu quero deixar bem claro. São 6 anos de trabalho lá. Se existe um presídio no sistema penitenciário que funciona, ele se chama Penitenciária Feminina de Porto Velho. Lá tem assistência médica que não tem em nenhum outro presídio; lá tem assistência dentária como não tem em outro presídio; lá tem assistência jurídica como não tem em outro presídio; lá tem assistência jurídica como não tem em outro presídio; lá tem assistência da SEAPEN como não tem em outro presídio. Presa entra, doutor, na prisão, hoje; amanhã, ela sabe mais ou menos relativamente quanto tempo ela ficará, de acordo com a conduta dela; e ela já sabe, no terceiro



dia, quanto tempo ela ficará, porque o presídio toma todas as providências. Primeiro, inicialmente, os direitos, e impõe a ela os seus deveres. Pune quando é necessário. Lá se apuram as infrações sem violência, sem maus-tratos, sem nada; conversando, chamando a presa pelo nome. Eu quis fazer essa ressalva do Feminino nessa última frase que eu disse a V.Exas.: lá, chama-se o preso pelo nome. Eu só queria que nos outros presídios, principalmente o Urso Branco, chamassem pelo menos o preso pelo nome. Já era uma grande obra da Secretaria de Administração Penitenciária. Agora, é culpada a Secretaria? Não. Eu fui um dos fundadores aqui... Eu fui o segundo coordenador do sistema penitenciário do Estado, em 1983, e acompanho isso desde essa época. Nós tínhamos um sistema penitenciário espetacular. Aí, o senhor pergunta: "O que foi que deteriorou o sistema penitenciário? Foi o Secretário? Foi o Diretor? Foi o Agente? Foi o excesso de Policial Civil?" Não, foi não. Chama-se "corrupção". Corrupção! Porque, quando nós éramos diretor do sistema, só tinha a Colônia Penal aqui em Rondônia, era um espetáculo a Colônia Penal. O Juiz não tinha problema, não tinha nada! E tinha latrocida lá, tinha traficante, tinha tudo, lá, na Colônia Penal, que hoje é um sistema... é uma prisão para prisioneiros do sistema semi-aberto, do regime semi-aberto. Aí, foi construído o Enio Pinheiro. Que beleza de presídio! Com tudo, com toda a infra-estrutura que o senhor possa imaginar. Não tem mais nada hoje lá. Foi criada uma fábrica de bola, recentemente, parece que está fechada, não sei, porque não gosto de visitar esses presídios. Sou muito claro. Porque não se aproxima da lei da execução penal. Se não é esse senhor, aí, esse senhor, aí, que o senhor está vendo, esse Dr. Sérgio aí, esse sistema já tinha degradingado. Não é culpa dele, não, doutor, é de vícios anteriores! Vou dizer só um vício para o senhor, para o senhor analisar o que são os outros. O preso vai pegar uma remissão de pena, ele vai atrás do diretor, lá, de 2001, que era diretor do sistema, para ver se ele trabalhou ou não! Lá no feminino não tem isso. O regulamento, que foi imposto pelo Governo por decreto em 2002, é muito menos cumprido. Aí, o senhor pergunta: "Por quê? Mas por que não é cumprido?" Por causa das mazelas criadas. Não foi dito aqui que o sistema penitenciário cuida de seguro. O preso chega hoje para o Juiz da Execução, para o Promotor e para o Defensor: "Eu não posso ficar no Urso, eu sou preso do Panda!" "Eu não posso ficar no Panda porque sou preso do Urso!" Não é que ele determina



que o Juiz vá atender que ele não deve ficar no Panda se ele não é... Por quê? É a integridade física dele! Da direção? Não! Dos colegas, dos companheiros, do vício que enraizou o sistema! É por isso que sempre peço a interdição do Urso, que implodam o Urso Branco. Aquilo lá é enraizado, é como um câncer, sem cura! Não vai se revolver. Primeiro, problema de gerenciamento. O agente penitenciário, hoje, coitado! Tem dia que tem 13 agentes cuidando de mil homens! E ele fica ali assustado, porque os presos, se quiserem, matam todos na mesma hora e vão embora! Ah, os presos são ruins? Não, não são ruins os presos. A direção é ruim? Não, não é a direção, é o sistema que foi criado. Por quê? Porque a sociedade não recebe bem esse homem. A sociedade, hoje, Deputado, vinga dele pela infração que ele cometeu aqui fora. A sociedade esquece que ele vai cumprir uma pena, que ele tem de ser reeducado para voltar à sociedade. O tempo passa, e o juiz tem de progredir o regime dele, se ele tem bom comportamento; a Promotoria não pode ir contra. Mas ele tem o que lá? O que ele vê dentro do sistema atrás daquela grade? O passado dele! Ele não tem estudo, não tem educação, não tem nada, ele não vê nada de novo, lá, não tem perspectiva nenhuma! Isso é o que precisa. Aí, o que ocorre? A violência urbana, às vezes, comandada pelo sistema lá dentro, lá, pelo preso lá dentro. Já chegou preso para nós dizendo: “Olha, eu apanhei porque eu não cometi mais assalto”. Foi cortado o cabelo e outras mazelas que ele sofreu pelos próprios companheiros porque ele não seguiu a norma que tinha de seguir: continuar assaltando! A doutora é testemunha desse preso. E aí? E o que a sociedade faz? Nada! Nada! Nada! A sociedade não recebe! Deputado, hoje, nos presídios — pode perguntar ao Diretor do Urso Branco, do Panda —, a maioria são jovens que não passam de 25 anos, que não têm uma profissão, que não sabem ler, não sabem escrever! E o que é que faz com esse povo? Volta, comete o crime de novo! Aqui ninguém diz que no sistema penitenciário tem presos do regime semi-aberto que vão para a prisão cautelar nos presídios. É 80 lá no Urso Branco, é 60 no Panda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. José Augusto, só para aproveitarmos e usarmos mesmo o método que estávamos usando com os outros convidados que falaram da tribuna, precisava fazer algumas perguntas também para o senhor, representando os defensores públicos.



Quantos defensores públicos hoje tem o Estado?

O SR. JOSÉ AUGUSTO LEITE NETO - Olha, defensor público mesmo, hoje, são 32. O restante é tudo contratado. Aprovaram uma lei aqui na Assembléia, de assessores de defensores, de um salariozinho merreca de 2 mil reais, 2 mil e pouco com a gratificação, para o indivíduo advogar exclusivamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos contratados são hoje defensores públicos?

O SR. JOSÉ AUGUSTO LEITE NETO - Parece, se não me engano, que foram 76. Aprovado pela Assembléia. Não, não defensor; assistente jurídico!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para dar assistência nas cadeias ou em geral no Estado?

O SR. JOSÉ AUGUSTO LEITE NETO - Não, é esse que estou falando para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E efetivos tem 36?

O SR. JOSÉ AUGUSTO LEITE NETO - Trinta e seis são defensores públicos mesmo. Agora foi feito o concurso, recentemente, mas não saiu o resultado ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Hoje, todas as cadeias e penitenciárias do Estado têm recebido assistência dos defensores públicos?

O SR. JOSÉ AUGUSTO LEITE NETO - Pelo que eu tenho conhecimento, aqui em Porto Velho, hoje, tem... Por exemplo, eu sou defensor da execução, mas tem um assessor desse em cada presídio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Cada presídio tem um assessor trabalhando...

O SR. JOSÉ AUGUSTO LEITE NETO - Tem, tem

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Um assistente jurídico?

O SR. JOSÉ AUGUSTO LEITE NETO - Tem um assistente da Defensoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acha que o número que tem hoje de defensores públicos é satisfatório ou precisava de mais para atender?

O SR. JOSÉ AUGUSTO LEITE NETO - Não, não, é caótico! A Defensoria é caótica! Eu li o documento do juiz, aí, encaminhando ao Corregedor de Justiça e ao



Presidente do Tribunal, dizendo que o trabalho da Defensoria é caótico. Então, não pode destacar o Dr. José Augusto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto ganha um defensor público no Estado?

O SR. JOSÉ AUGUSTO LEITE NETO - O salário inicial é 7 mil e poucos reais. É um salário bom. Mas o que acontece, doutor? Lá na Vara de Execuções: eu tenho o Ministério Público, com toda uma estrutura que tem; nós temos um juiz, lá, hoje nós estamos enfrentando 2 juizes da vara. Eu não tenho uma secretária; o meu computador é da minha casa; toda a despesa de papel, de fita é minha. Eu dou assistência à Vara de Execuções; eu atendo à população carcerária, às famílias lá no fórum, que os juizes permitiram que eu pudesse atender, porque teve outro juiz que me expulsou de lá.

É assim que é a vida! Aí, o que é que ocorre? Aí tem o presídio feminino, que eu dou uma assistência; e tenho o presídio semi-aberto, agora, que o Dr. Sérgio pediu que eu pudesse dar uma assistência; e o Centro de Correção, que nunca teve um defensor lá, que é a prisão dos militares. Então, eu trabalho até as 8h da noite!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O presídio feminino, eu sou testemunha aqui e volto a afirmar, foi o único presídio, até hoje, que nós visitamos em que as presas não reclamaram de assistência jurídica.

O SR. JOSÉ AUGUSTO LEITE NETO - Não vão reclamar nunca, porque eu não deixo que reclame, não permito que reclamem! Porque é vontade política do defensor! Modéstia à parte — é até difícil falar! Eu não gosto de falar isso! —, é vontade política da gente! Se eu não levanto 5h da manhã e vou dormir às 11h da noite, eu não faço o trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor, como defensor, nas andanças pelos presídios, tem ouvido também denúncias sobre torturas e maus-tratos?

O SR. JOSÉ AUGUSTO LEITE NETO - Tenho, tenho, constantemente. Constantemente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor chegou a ver algum preso ferido ou torturado...

O SR. JOSÉ AUGUSTO LEITE NETO - Vi, vi...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...com marcas recentes?

O SR. JOSÉ AUGUSTO LEITE NETO - Vi, vi, sim, senhor. Ano passado, quando houve uma questão por causa de comida — porque essa comida não devia haver. Aí eu concordo com o Deputado Amorim que devia ser feita pelos presos, porque eles têm o maior prazer em cozinhar para eles... Surgiu por causa de comida! Quem é culpado? A empresa que fornece! Não é a Direção! Porque a Direção não vai cheirar e experimentar a comida ou mandar examinar se ela está boa.

Quando chegou a comida, os presos reclamaram. Morreu um preso. Jogaram os presos tudo lá no pátio e atiraram de cima pra baixo nos presos com bala de borracha, mas houve uma bala que matou um preso. E eu assisti, acompanhei os inquiridos, aqui, que a promotora (*ininteligível*). Eu ouvi os presos juntamente com ela! Mas não era preso que não foi lesionado; era preso que recebeu tiro! Por quê?

Vai culpar o sistema ou o agente? Não, não culpo o agente. Eu culpo o Governo, a omissão do Governo de deixar 13, 14, 15 agentes cuidando de mil presos. O agente, hoje, vive com o sistema psicológico nervoso, e a Direção cobra dele!

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Sr. Presidente, um aparte. Eu ouvi uma denúncia lá onde o preso testemunhou a morte por alguém da segurança e depois enfiou chuchu no buraco e culpou alguém, dizendo que era os culpados.

E essa indústria de alimentos para atender a interesses políticos tem que acabar. E é por isso que eu fiz esse requerimento, e o Presidente já acatou e solicitou a cópia das últimas 2 concorrências públicas — quem ganhou, o valor de quanto, todas essas informações —, para que a gente possa ter uma idéia do real. Mas o correto é funcionar a cozinha lá dentro, porque tem gente suficiente para poder preparar a alimentação sem gastar nenhum centavo.

O SR. JOSÉ AUGUSTO LEITE NETO - Agora, Deputado, o senhor pergunta para onde foi a cozinha do Urso Branco. Onde foi parar? Pergunte a ele onde foi parar toda aquela estrutura que tinha lá.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - É um assunto para a própria Comissão pedir a algum órgão para investigar ou, senão, presente aqui a nossa



procuradora, não, promotora, como se fosse uma denúncia pública para procurar averiguar.

O SR. JOSÉ AUGUSTO LEITE NETO - Eu quero deixar claro aqui uma questão da questão do Dr. Sérgio William e da Dra. Lisandra e da modéstia do defensor. O Dr. Sérgio implantou aqui no sistema... Porque tem muita fuga de presos. A própria estrutura da Secretaria... Não tem carro para atender um preso que tem direito a ir ver a mãe que está doente num hospital. Não tem carro. Tem, Secretário? Não tem! Muito pouco! Eles reclamam. Se o Governo comprar e der para ele, vai. Não atende!

O que ocorre? O preso foge para ir ver a família ou então recebe uma saída no final de semana e ele não volta mais para o sistema. Aí, o que acontece? Ele é preso, lógico! O juiz expede um mandado para ele, ele é preso. Ele volta para o sistema. Quando vai para ouvir a justificativa, o doutor aplica uma chamada regressão temporária, que é uma política criminal, que não existe na lei. Então, se ele saiu e ele não cometeu nenhuma infração, o juiz, de acordo com o parecer ministerial, dá-lhe uma regressão temporária, de acordo com o tempo de pena que ele vai ter para progredir novamente no semi-aberto. Isso foi um negócio maravilhoso. Oportuniza o apenado.

O que é isso? Isso é sinal de que o sistema também não é todo falho, porque o indivíduo sai e não comete nenhum crime, passa 5 meses, 8 meses, 1 ano, até 2 anos! O que falta é aquela separação, aqui, que deve existir! Deve existir! Porque não tem uma comissão de classificação para classificar o preso, para que o Estado saiba como vai tratar esse preso, como é que vou me comportar com esse preso. Então, se os senhores conseguirem que ele chame os presos pelo nome dentro do Urso Branco, já é um mérito da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Sr. José Augusto pela sua colaboração e o parabenizamos pelo seu trabalho na Defensoria Pública, principalmente no presídio feminino.

O SR. JOSÉ AUGUSTO LEITE NETO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos ouvir agora o nosso Deputado Ribamar Araújo, que vai ser o último convidado que vai fazer uma



saudação à CPI, e logo em seguida vamos encerrar os trabalhos da nossa Comissão.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO - Em nome do Exmo. Deputado Neodi Carlos, Presidente desta Casa, eu gostaria de saudar e dar as boas-vindas ao Deputado Federal Neucimar Fraga, Presidente da CPI do Sistema Carcerário. Quero também saudar o Deputado Federal componente desta CPI, Deputado Amorim; o nobre Gilvam Ferro, Superintendente do Sistema Penitenciário; a Dra. Lisandra, Promotora; o nosso Deputado Amauri dos Santos; o Dr. Pedro, representando aqui os advogados, e em seu nome cumprimento todos os advogados aqui presentes; o Dr. Bosco, através de quem quero cumprimentar todos os policiais aqui presentes; o jornalista Yodon, através de quem quero cumprimentar toda a imprensa aqui presente; o Capitão George, presente nas galerias, em nome de quem cumprimento todos os presentes aqui; minhas senhoras e meus senhores, pedindo também, Presidente, a desculpa dos demais Deputados, que todos estavam já com a agenda previamente marcada e por isso a ausência aqui no plenário, no dia de hoje.

Deputado, eu reputo essa CPI como uma coisa importante demais, porque pela primeira vez estou vendo alguém ou alguma instituição neste País se preocupar com um dos piores gargalos da República Federativa Brasileira, que é exatamente o sistema prisional brasileiro.

E eu, que sou contra CPI, sou contra e tenho me posicionado sempre contra! Por quê? Porque, geralmente, as CPIs que eu tenho visto neste País inteiro sempre se transformam em instrumento de promoção pessoal, em instrumento de buscar holofotes, e nada praticamente se resolve. Não quero, aqui, de maneira nenhuma, atribuir culpa a esta CPI, que espero seja muito bem sucedida.

Mas aqui já vão algumas sugestões. Eu acredito que, mesmo a CPI, tem como função precípua investigar, perguntar e até comprovar se as perguntas estão corretas ou não. Acredito que não cabe à CPI ficar tecendo elogios ou até fazendo críticas a quem quer que seja, porque tem que constar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado, eu só queria interrompê-lo um minuto. A promotora vai ter que se ausentar e ela está pedindo licença a esta Comissão. Nós queríamos agradecer a presença dela aqui e a colaboração e fazer esse registro aqui.



Aproveitando também a presença do delegado federal aqui, quero dizer, Sr. Secretário, que nós tivemos 9 presos que estão prestando depoimento ao Relator e a outra Deputada, num outro ambiente desta Comissão, e 3 nós vamos solicitar que sejam encaminhados para o Instituto Médico Legal para fazer o exame de corpo de delito. São eles os presos Emael, Nelson Pereira, Elias Moraes e Alessandro dos Santos.

Então, a Comissão solicita o apoio desta Secretaria também para o encaminhamento imediato desses presos para fazer exame de corpo de delito.

Quanto aos demais presos que já prestaram depoimento, nós solicitamos à Secretaria que providencie para evitar que esses presos, ao retornarem para o presídio de origem, possam sofrer alguma represália por parte de algum depoimento que tenham prestado a esta Comissão.

Com a palavra V.Exa., por 2 minutos, para concluir, Deputado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

E continuando, como eu ia dizendo, eu acredito que a função da CPI é fazer as perguntas, comprovar se as perguntas muitas vezes estão corretas ou não, e fazer constar no relatório final, que será votado lá pelo Plenário do Congresso, e depois encaminhar esse relatório ao Ministério Público.

Não cabe, muitas vezes, fazer sugestões, elogiar ou criticar. Aí é porque me posiciono contra CPI. Porque eu acho até que não deveria ser prerrogativa de Deputado, nem de Vereador, nem de Senador investigar. Primeiro que dificilmente um Deputado, Vereador ou Senador tem preparo emocional e técnico para perguntar. Porque nós, Deputados, Senadores e Vereadores, não temos poder de polícia, não temos poder de Ministério Público. Por isso sempre me posicionei contra as CPIs.

Acho que não deveria ser prerrogativa de Deputado, apesar de que desejo imensamente que essa CPI não seja igual às outras e realmente chegue a uma conclusão e dê sugestões para que se corrija uma das coisas mais injustas neste País, que é o sistema prisional.

E aí já vai uma das sugestões deste Deputado: que proponha a federalização do sistema prisional brasileiro. Por que a minha sugestão? Se o senhor fizer uma pesquisa — e outra sugestão: que se faça essa pesquisa —, numa escala de



prioridades, em todos os Governos de Estado, o senhor veja, depois de apuradas essas prioridades, onde é que o sistema prisional se coloca, que o senhor vai ver que se coloca talvez nos últimos lugares entre as prioridades.

Então, se se coloca uma coisa tão importante nos últimos lugares entre as prioridades de um Governo de Estado, eu acredito que esse negócio está falido e tem que mudar. E eu vejo assim: a minha opinião é que se deve federalizar os presídios e o sistema prisional brasileiro, porque a coisa na mão do Governo Federal sempre tem muito menos corrupção e muito mais condição de funcionar bem do que nas mãos dos Estados e dos Municípios. A prova disso são os presídios federais, que existem poucos, mas existem.

E aqui queria até... O Dr. José Augusto, o Defensor Público, acho que é uma exceção aqui. Talvez seja uma das raras ilhas de excelência que existe dentro do sistema prisional, se é que está essa panacéia que ele aqui falou o sistema prisional feminino de Rondônia, que eu até nem acredito, porque não faz muito tempo que eu fiz uma visita e constatei que não é só a questão da saúde ou a questão da assistência jurídica.

Uma das coisas mais injustas que existe neste País é exatamente o sistema prisional brasileiro. Primeiro, a superlotação. Segundo, as condições de higiene. E aí vem aquela hipocrisia de, muitas vezes, não aceitar a pena de morte. Não estou aqui defendendo a pena de morte, mas, para tratar o cidadão vivo nas condições que se trata o ser humano no sistema prisional brasileiro, seria muito mais digno e muito mais justo, muitas vezes, matar o cidadão do que submetê-lo a determinadas condições.

E não são só os presídio de Rondônia, não! Eu acredito que são os presídios do Brasil inteiro! Se fizermos uma pesquisa da escala de prioridade nos 27 Governos Estaduais, tenho certeza de que a prioridade do sistema prisional fica em último lugar. E é por isso que eu faço essas sugestões. O sistema prisional brasileiro não fica a dever aos (*ininteligível*) de qualquer parte do mundo, de qualquer época da história da humanidade. Por isso, temos que nos preocupar. Parabenizo aqui o trabalho e desejo um trabalho profícuo.

Aqui em nosso Estado, Deputado, em nome do Deputado Neodi, quero desejar ao senhor uma boa estada. V.Exa. disponha totalmente da estrutura da



nossa Assembléia. O que V. Exa. precisar, disponha da gente. Infelizmente, o Presidente não pôde estar aqui, como já anunciei, por motivos de agenda já previamente marcada, mas era desejo seu estar aqui para recepcioná-los. Mas ele e incumbiu dessa função e estou procurando fazê-la da melhor forma possível, Deputado.

Desejo a V. Exa. um profícuo trabalho e que esta CPI não se transforme, como diz o ditado popular brasileiro, em mais uma pizza, porque o tema requer muita preocupação e, infelizmente, muito dificilmente vemos qualquer autoridade desse País preocupada com esse verdadeiro gargalho que é o sistema prisional brasileiro.

Agradeço a sua participação e, mais uma vez, me coloco à sua inteira disposição.

Desejo uma boa estada, um bom trabalho e que V. Exa. volte para Brasília levando essas sugestões e que essa CPI chegue a algumas conclusões e faça sugestões para ver se mudamos essa que é uma das maiores injustiças de que temos notícia no Brasil e no mundo: o sistema prisional brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Deputado Ribamar Araújo as suas palavras. Queremos agradecer também à Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia a recepção a esta CPI. Agradecemos também ao Governo do Estado, através da Secretaria de Justiça, o apoio dado à CPI nas visitas e durante esta audiência realizada aqui. Agradecemos a presença dos nossos convidados que aqui estiveram.

Registramos também os que por aqui já passaram: o Sr. Leandro Lopes, da Comissão de Direitos Humanos da OAB; o Sr. Pedro Alexandre, que falou conosco representando a Comissão de Direitos Humanos; o Sr. Francisco Alencar da Silva, Gerente-Geral do Sistema Penitenciário do Estado de Rondônia; Dr. José Augusto Leite, Defensor Público do Estado; o Dr. Antônio Francelino dos Santos, Defensor-Geral do Estado; o Dr. José de Oliveira de Andrade, Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado; Sr. Gabriel Tomasete, Presidente do Conselho Penitenciário Estadual — lá no Espírito Santo tem muitos Tomaselli; a Sra. Wanda Arruda, da Comissão de Direitos humanos da OAB; o Dr. Renato Eduardo de Souza,



Secretário-Adjunto de Justiça, que esteve conosco nos acompanhando durante todo o dia; o Sr. Gilvam Cordeiro Ferro, Secretário da SEJUS; o Dr. Sérgio William Domingues Teixeira, Juiz Titular da Vara de Execuções Penais; o Sr. Ernandes Amorim, Deputado Federal, nosso companheiro, que já estava conosco nessa oitiva.

Queremos agradecer a todos os funcionários da Assembléia Legislativa que estiveram conosco aqui; o pessoal do cerimonial da Assembléia, os técnicos de som, os taquígrafos que acompanharam o trabalho da Comissão.

Quero dizer que a Comissão volta aos trabalhos na semana seguinte, em visita aos Estados de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso. Sabemos que os problemas do sistema prisional brasileiro são nacionais, e a CPI está preocupada com esse problema.

Sabemos que os Governos dos Estados também têm dificuldade em construir presídios porque a cidade não quer receber presídios. A sociedade quer uma melhoria, mas não quer presídios em sua cidade, não é verdade? Aterro sanitário, ponto de ônibus, quebra-mola e presídio todo mundo quer, mas longe da sua casa. Nós sabemos disso.

O Governo Federal tem tido dificuldade para construir os presídios federais. Desde 2003 o Governo quer construir 5 presídios federais, e até hoje só encontrou 3 cidades que quiseram recebê-los. Ninguém quis. Inclusive em meu Estado, uma cidade contemplada não quis receber um presídio federal.

Então, sabemos da dificuldade que o Governo tem de investir nos presídios, mas sabemos que investir no sistema carcerário não é dar regalia para preso. A população precisa entender que investir no sistema carcerário é garantir a segurança da população. Hoje, a maior parte dos crimes são comandados de dentro das cadeias do Brasil, e muitas pessoas pensam que cadeia é só para ressocializar presos, mas ela não tem só esse papel.

O primeiro papel da cadeia é interromper a trajetória do crime. O primeiro papel do sistema carcerário: interromper a trajetória do criminoso. A sensação que a população quer ter quando o elemento que causa distúrbio na sociedade é preso é a de que ele não vai mais atormentar a comunidade. E hoje, como os presídios não cumprem suas funções, muitos presos entram nas cadeias e comandam o crime de dentro da cadeia.



O segundo papel do presídio é disciplinar o cidadão, que, muitas vezes, foi preso por falta de disciplina na família. Eu costumo dizer que quando a primeira vara falha em casa, a quinta vara nunca falha. Não é isso? Quando falha a primeira varinha em casa, a da criança que o pai não corrigiu, deixou correr solto e que não impôs limites, quando a primeira vara falha, a quarta e quinta assumem seu papel e, aí, quando cai aqui dentro, é um transtorno muito grande.

Então, o segundo papel da cadeia é disciplinar o cidadão, mas não é disciplinar com tortura ou maus-tratos. Disciplinar com ordem e com aulas. Aqui quero dar um exemplo do meu Estado, que é o primeiro Estado do Brasil a ter uma televisão dentro do presídio cuja grade é só educativa. Foi feito um convênio com a tevê a cabo, e o preso não tem acesso ao canal aberto para assistir aos filmes de Hollywood, que mostram os grandes assaltos, os grandes crimes, as grandes fugas, nem as novelas, que excitam a população carcerária. Então, tem uma grade de programa de televisão só para a população carcerária, com programas educativos, porque o cidadão precisa ser disciplinado e aprender a ser cidadão dentro da cadeia — eu não falo nem em reeducar, porque tem muita gente que entra ali sem educação.

A população precisa entender que não dá mais para fazer o discurso fácil de que não adianta mais construir presídios. Hoje, para resolver o problema carcerário brasileiro, a primeira medida é construir novos presídios, abrir novas vagas, demolir muitos que não têm condições de ser presídios, como o presídio feminino. As instalações são precárias, inadequadas, não têm ventilação, são insalubres. Demolir aqueles que são inadequados; construir novas vagas.

Não dá mais para conviver com chavões de que a pobreza e a falta da educação são o combustível da violência. Eu estava vendo aqui 2 depoimentos: do juiz e ouvi hoje de alguém, não sei se foi do promotor, no sentido de que o Estado já está preocupado porque vai construir 2 usinas, vão chegar mais investimentos e vai aumentar a violência. Ora, se fôssemos seguir a orientação dos críticos, falta de emprego é sinônimo de violência, e não emprego! E aqui vai aumentar o desenvolvimento, gerar novos empregos, e a perspectiva é de aumento da violência, e não da sua redução!



Então, há um desencontro muito grande entre o que pensam os colonistas, os teóricos, e a realidade nossa. A falta de educação não pode ser mais fomentada como sendo a causa da violência no Brasil! Hoje, o problema da falta de educação é a falta de escola ou é a evasão escolar? Se é a falta de escola, não é problema do Governo, que as está construindo! Se é a evasão escolar, às vezes a falha está na direção da escola ou nos pais, que não insistem para que seus filhos permaneçam nas escolas.

Então, há uma controvérsia muito grande entre os elementos que fomentavam a violência no passado e no momento, porque a realidade mostra que a violência, hoje, não acompanha somente a pobreza; a classe que mais cresce na criminalidade, hoje, no Brasil, é a classe média. As cadeias das grandes cidades estão lotadas de jovens da classe média, de ensino médio e de universitários, que estão entrando para o tráfico de drogas, para o consumo de êxtase e estão superlotando as cadeias das grandes cidades.

Então, é uma preocupação do Brasil, e a Câmara Federal está preocupada com a situação carcerária do Brasil. Foi criada a CPI; estamos trabalhando; vamos propor mudanças na legislação penal; vamos propor um projeto arquitetônico padrão para os presídios brasileiros; vamos propor a uniformização de normas, procedimentos e condutas para os presídios. Hoje só temos uma lei penal, mas cada Estado a aplica do jeito que quer e cada diretor administra o presídio do seu modo. Nós queremos uniformizar todos esses procedimentos para que tenhamos alguns resultados, além de outras propostas que nós estamos discutindo dentro do Congresso Nacional.

Ficam aqui os nossos agradecimentos.

Nobre Relator, já comuniquei aqui, nesta audiência, que 3 detentos serão encaminhados para exame de corpo de delito e pedi ao Secretário de Justiça que outros detentos que prestaram depoimentos a esta Comissão, ao voltarem para as unidades prisionais, não sofram nenhuma represália por parte dos agentes ou da Direção do presídio, sob pena de esta CPI ter que voltar ao Estado e fazer novas visitas de surpresa agora ao sistema prisional.

Concedo a palavra a V. Exa. para suas considerações finais e, logo em seguida, encerraremos a nossa audiência aqui no Estado de Rondônia.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, nós ouvimos 9 presos e todos eles confirmaram que há tortura no presídio. Todos eles confirmaram que, pela madrugada, eles são retirados das celas, são colocados no pátio e são agredidos. Desses, 4 tinham marcas. É evidente que isso tem que ser apurado.

Não estamos dando 100% de credibilidade ao que eles estão dizendo, mas não podemos desqualificar as suas denúncias só pelo fato deles estarem presos. Além do mais, não foi apenas um preso. Na nossa visita tinha, mais ou menos, 200 presos no pátio e todos eles disseram que são agredidos. Em todas as celas, Secretário, que andamos também há um preso com a costela quebrada. Segundo ele, foi um bico, um chute que ele levou.

Portanto, como há a confirmação reiterada de muitos... Inclusive, falei com a irmã de um que foi fazer denúncia, procurou o defensor e ele desaconselhou, alegando que a denúncias poderia dificultar a transferência dele.

Portanto, diante dessas declarações, nós estamos ratificando o pedido a V.Exa. Todos eles estão com medo de que vão apanhar. Um dos presos mostrou um hematoma. Eles apanharam depois que nós saímos. Alguns deles apanharam depois que nós saímos. Eles citaram o nome dos agentes. Portanto, tem que apurar.

Evidentemente que nós queremos pedir não apenas a V. Exa. Queremos pedir ao Deputado Ernandes Amorim, que é daqui e é da CPI, que, se pudesse, amanhã ou domingo retornar. Pediria ao representante da OAB que prestou aqui um depoimento bastante convincente, com um raciocínio bastante claro, que a OAB também pudesse acompanhar, porque sabemos da complexidade, sabemos do clima de tensão que os servidores têm, sabemos que muitos que estão ali têm penas altas, mas, independentemente do crime que tenham cometido, a tortura é inaceitável. Ela é um crime inafiançável e, portanto, inadmissível.

Queremos, portanto, ratificar — até mesmo para que essa situação não se agrave — que houvesse a apuração, que houvesse qualquer tipo de (*ininteligível*) de tentativa de represália e que pudéssemos, através de outros órgãos, de outros agentes, acompanhar para evitar qualquer tipo de ação.

Eu queria também... A promotora não está aqui e nem o Juiz. Já foi encaminhado, não é? Esta senhora aqui, que está aqui, foi presa por dívida.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Concedo a palavra ao Deputado Ernandes Amorim, para as suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Quero agradecer aos nobres Deputados a presença e lamentar a falta de interesse das autoridades estaduais, que, na maioria delas, não se fizeram aqui presentes para conosco tomar as providências devidas.

Na verdade, houve a queixa de espancamento ou de possíveis espancamentos aqui com a promotora do nosso lado, mas isso já foi feito a pedido nosso ao Secretário, testemunhado aqui, para que o próprio Secretário tomasse providências para que isso não venha a acontecer.

Eu estarei em Rondônia, mas hoje vou a minha cidade. Mas a qualquer minuto, a qualquer dia, vou passar lá no presídio e vou ter oportunidade de visitar alguns presos, acompanhado pelo próprio Secretário ou dos responsáveis e qualquer coisa comunicarei não só à Comissão, mas denunciarei via plenário do Congresso Nacional.

No mais, muito obrigado a todos e até um próximo encontro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos a todos...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu só quero também comunicar que eu estou disposto a voltar aqui, ou em nome da CPI ou como Deputado, para verificar se ocorreu alguma violação.

Eu acho que esta CPI é muito séria. Nós queremos contribuir com o País, e não apenas com os presos. A tortura é inadmissível. Portanto, eu estou disposto a vir aqui sem avisar. Nós não precisamos avisar ninguém para ir a um estabelecimento para verificar se houve algum tipo de violação.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - E eu irei acompanhá-lo, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos a presença de todos.

Declaro encerrada esta reunião.